

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO DE
REGIÕES PERIFÉRICAS: O CASO NOROESTE
FLUMINENSE**

RODRIGO DE PAIVA GRANATO
matrícula nº: 105040860

ORIENTADOR(A): Prof. René Louis de Carvalho

MARÇO 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO DE
REGIÕES PERIFÉRICAS: O CASO NOROESTE
FLUMINENSE**

RODRIGO DE PAIVA GRANATO
matrícula nº: 105040860

ORIENTADOR(A): Prof. René Louis de Carvalho

MARÇO 2009

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

Dedico este trabalho ao meu avô Christóvão e ao meu avô Machado, que tenho certeza adorariam estar presente neste momento da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, principalmente, ao meu orientador René e a minha mãe Cátia, pois sem eles seria extremamente complicado organizar esse meu trabalho. Agradeço muito também a minha linda namorada Stéfani, que foi o ouvido de todas as minhas lágrimas ao longo desse período. A minha família e amigos por me aguentarem por todos estes anos, especialmente a minha tia Cristina pelo período em que morei em sua casa. Aproveito para deixar meu grande carinho e gratidão aos meus pais Cátia e Jorge, pilar da minha criação, e meus irmãos Alessandra, Rômulo e Vinícius, os quais estarão presentes em toda a minha vida. Todos fazem parte do que eu sou agora.

RESUMO

O trabalho consiste, inicialmente, numa discussão sobre a relação centro-periferia, e sobre as possibilidades que a região periférica tem de se desenvolver, com base em teóricos como Hirschman, Myrdal, Krugman, Perroux, entre outros. Visto isso, o trabalho passa a focar suas ações na noroeste fluminense, região escolhida como caso para análise se as ações indicadas pelos teóricos são feitas. Dessa forma, o trabalho analisa o perfil do noroeste e enquadra-o como região periférica do Estado do Rio de Janeiro. Com isso, essa monografia procura verificar se os propósitos do desenvolvimento de regiões periféricas são encontrados nos estudos acadêmicos e políticas voltadas para o desenvolvimento do Estado e do noroeste fluminense. Para assim, analisar, dentro dos conceitos estudados, se o noroeste possui perspectivas de desenvolvimento, ou seja, se o noroeste possui políticas que o façam caminhar para um quadro econômico de maior desenvolvimento e inserção na economia do Estado, saindo de um quadro periférica de sua economia.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I – DISCUSSÃO SOBRE A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA E SOBRE DESENVOLVIMENTO DE REGIÕES PERIFÉRICAS	9
I.1 – RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA, SEGUNDO HIRSCHMAN, MYRDAL E WILLIAMSON	9
I.1.1 – <i>Hirschman e os fatores de fluência e de aglomeração</i>	10
I.1.2 – <i>Myrdal e o círculo virtuoso</i>	11
I.1.3 – <i>Williamson e o Desenvolvimento Convergente</i>	13
I.2 – AS EXTERNALIDADES ESPONTÂNEAS E AS EXTERNALIDADES CONSTRUÍDAS	14
I.2.1 – <i>Marshall e as externalidades espontâneas</i>	14
I.2.2 – <i>Krugman e a escala de produção</i>	16
I.2.3 – <i>As externalidades construídas do desenvolvimento endógeno</i>	17
I.3 – AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE REGIÕES PERIFÉRICAS	20
I.3.1 – <i>Base de exportação</i>	20
I.3.2 – <i>Políticas públicas e a indústria motriz</i>	23
I.3.3 – <i>Caminhos de desenvolvimento para as regiões periféricas</i>	244
CAPÍTULO II – A REGIÃO DO NOROESTE FLUMINENSE	28
II.1 – CARACTERIZAÇÕES DO NOROESTE E SUA INSERÇÃO NA ECONOMIA FLUMINENSE	299
II.1.1 – <i>Breve contextualização da região</i>	299
II.1.2 – <i>A participação da região na economia do Estado do Rio de Janeiro</i>	311
II.2 – ECONOMIA DO NOROESTE FLUMINENSE E SUA ATRATIVIDADE	344
II.2.1 – <i>Composição do PIB do Noroeste Fluminense e sua evolução</i>	344
II.2.2 – <i>Análise do IQM do noroeste fluminense e sua evolução</i>	366
II.3 – O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO NOROESTE FLUMINENSE.....	388
CAPÍTULO III – ESTUDOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE	433
III.1 – A REGIÃO NOROESTE NO CONTEXTO DA EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA FLUMINENSE	433
III.2 – ESTUDOS RECENTES E PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA DO NOROESTE FLUMINENSE	466
III.3 – POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E DO NOROESTE FLUMINENSE .	544
III.3.1 – <i>Políticas de Fóruns Regionais</i>	555
III.3.2 – <i>Políticas de Apoio Setorial</i>	577
III.3.3 – <i>Programas Estruturantes</i>	599
III.3.4 – <i>Incentivos Financeiros e Fiscais</i>	60
III.4 – ANÁLISE GERAL DOS ESTUDOS E POLÍTICAS.....	621
CONCLUSÃO	644
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	666
ANEXOS	68

TABELA/MAPA

MAPA 1	28
TABELA 1	30
TABELA 2	32
TABELA 3	34
TABELA 4	39
TABELA 5	40

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 3º, enumera os objetivos fundamentais do Estado Brasileiro. Dentre eles, figura, no inciso III, “ ... reduzir as desigualdades sociais e regionais.” A enunciação deste princípio fundante da República, desta opção política fundamental da nação, traz implícita a ideia de que o crescimento econômico brasileiro é localizado. Em outras palavras, nossos legisladores reconhecem a existência de acentuadas desigualdades regionais e postulam a necessidade de redução dessas diferenças.

O trabalho que ora se apresenta pretende discutir um aspecto específico da questão das desigualdades regionais, qual seja: a relação que se estabelece entre o centro, a região que experimenta crescimento econômico, e a periferia, as regiões do entorno que não experimentam o mesmo nível de crescimento. Para isso, cotejam-se as possíveis abordagens teórico-econômicas acerca do assunto e, mais especificamente, reflete-se sobre as dificuldades encontradas nas regiões que estão à margem do crescimento. Para tal, elege-se a região noroeste do estado do Rio de Janeiro, uma região periférica, estruturalmente marginalizada da economia do Estado.

Para esse feito, o trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo, à luz dos principais teóricos do desenvolvimento regional, entre os quais Myrdal(1960), Hirschman (in Schartzman(org) 1977) e Krugman (apud Garcia 2003), analisar como funciona a relação entre uma região desenvolvida, o centro, e outra marginalizada, a periferia, principalmente para mostrar que o crescimento do centro implica gerar constrangimentos para o desenvolvimento de regiões periféricas. Também no capítulo primeiro encontram-se as indicações de ações, enunciadas pelos teóricos da matéria abordados no capítulo, para que a periferia consiga gerar seu próprio crescimento e possa superar os obstáculos gerados por se encontrar à margem de um centro forte e desenvolvido. São os conceitos e as proposições discutidos nesse capítulo que irão orientar a discussão em torno do caso concreto eleito para estudo – o noroeste fluminense – objeto principal do segundo e terceiro capítulo.

O capítulo segundo dedica-se a uma análise da região noroeste fluminense no contexto do Estado do Rio de Janeiro. Essa análise serve para verificar como o noroeste fluminense é inserido no território fluminense, com vistas a constatar o enquadramento do noroeste como

uma região do tipo periférica. Partindo, então, da conclusão de que o noroeste é uma região periférica e de que, como diz a teoria, sofre obstáculos inerentes a sua posição relacional no contexto do desenvolvimento, no capítulo terceiro são analisados os estudos e pesquisas acadêmicas e os programas e ações estatais voltados para o desenvolvimento do Estado ou da região, após uma breve contextualização econômica do Estado.

Em suma, o trabalho busca traçar as perspectivas de que o noroeste fluminense, enquanto região do tipo periférica, dispõe, tendo em vista o cotejo das formulações teóricas apresentadas e os estudos e políticas públicas voltados para a promoção do desenvolvimento do Estado ou da região, visando a determinar e efetiva existência de uma política de mudança para uma inserção econômica menos periférica.

CAPÍTULO I – Discussão sobre a relação Centro-Periferia e sobre desenvolvimento de regiões periféricas

1.1 – Relação Centro-Periferia, segundo Hirschman, Myrdal e Williamson¹

Preliminarmente, é preciso ressaltar que esta primeira parte do capítulo 1 é destinada a exposição das ideias de dois importantes autores do desenvolvimento regional, muito debatidas na década de 60, Hirschman (in Schwartzman(org) 1977) e Myrdal (1960), os quais desenvolveram teorias sobre a relação centro-periferia. Em contraposição, ainda nesse capítulo são expostas as ideias do desenvolvimento convergente nos termos de um de seus principais defensores, Williamson (in Schwartzman(org) 1977). Outro teórico, não menos importante, que também servirá de base para este trabalho e que trouxe de volta aos estudos acadêmicos dos anos 90 essa relação centro-periferia, é Krugman (apud Garcia 2003), cujos conceitos estão abordados num segundo momento desse capítulo.

Para melhor análise da questão de centro-periferia, é necessário definir os respectivos conceitos. Basicamente, centro é a região que vem experimentando crescimento econômico, e periferia é a região que não acompanha o desenvolvimento, por sofrer estrangulamentos do centro. Hirschman (in Schwartzman(org) 1977) aponta que o crescimento de uma região causa repercussões diretas no comportamento econômico das demais regiões. Essas repercussões podem ser favoráveis, efeitos de fluência no desenvolvimento, e desfavoráveis, efeitos de polarização no desenvolvimento. Para melhor exemplificar esse conceito, Hirschman (in Schwartzman(org) 1977) coloca a região periférica como região Sul pelo fato de inúmeras regiões atrasadas se encontrarem no hemisfério Sul, e o Centro como a região Norte, por estarem no hemisfério Norte as regiões com maior desenvolvimento no planeta. Centro é a região que apresenta vantagens aglomerativas, e essas vantagens influenciam a dinâmica econômica das regiões do seu entorno. Como se fosse um círculo, onde o ponto central fosse o centro e todo o entorno fosse a periferia. Nesse círculo, existem forças centrípetas e centrífugas que influenciam toda a economia das duas regiões. Em suma, a periferia são todas as regiões que sofrem influência de um centro experimentador de crescimento.

Então, diante do exposto, quais seriam as chances de desenvolvimento da periferia, considerando todas essas questões levantadas anteriormente? Quais seriam as medidas a serem tomadas? Como essas regiões devem agir para se tornarem elas próprias um pólo de crescimento? Em relação a essas perguntas, esse trabalho discute distintos teóricos do desenvolvimento regional para, assim, traçar possíveis passos para o enfrentamento da relação centro-periferia.

A formulação do desenvolvimento convergente, sustentada por Williamson, entre outros autores, se opõe às construções teóricas dos trabalhos de Hirschman (in Schwartzman(org) 1977) e Myrdal (1960) sobre a economia regional. Este trabalho adota como linha de pensamento as ideias trazidas pelos dois últimos teóricos citados, considerando o desenvolvimento desigual como uma realidade e um problema do mercado e entendendo que a relação entre centro e periferia traz constrangimentos para o desenvolvimento da periferia. Por isso, são os arcabouços de Hirschman (in Schwartzman(org) 1977) e Myrdal (1960) as bases para as discussões a respeito do tema.

I.1.1 – Hirschman e os fatores de fluência e de aglomeração

Segundo Hirschman (in Schwartzman(org) 1977), o crescimento do centro causa uma série de repercussões econômicas na periferia, algumas favoráveis e outras adversas. Os efeitos favoráveis são uma força centrífuga que irradia o crescimento do centro para as regiões em seu entorno, ou seja, são os fatores de fluência do progresso do centro. Os efeitos adversos são uma força centrípeta que tende a concentrar o crescimento na região que se desenvolve, favorecendo o desenvolvimento desigual. Logo, para Hirschman (in Schwartzman(org) 1977), o balanço desses fatores vai gerar ou o desenvolvimento desigual ou um desenvolvimento mais equilibrado. Os fatores de aglomeração tendem a ser mais fortes que os fatores de fluência, o que justifica, inclusive, a formulação teórica dos conceitos de centro e periferia, já que o que torna a periferia uma região atrasada é o fato de que o crescimento encontrado no centro ser um fator que desestimula o crescimento da periferia, sendo assim um problema a ser enfrentado por essa região.

Certo que o crescimento do centro pode trazer consigo impulsos para o crescimento de seu entorno periférico. O crescimento do centro pode causar um aumento de compras e de investimento nas regiões periféricas, principalmente se houver uma complementaridade entre

¹ Esse subcapítulo foi escrito com referência aos teóricos da economia regional: Hirschman (in Schwartzman(org) 1977), Myrdal (1960) e Williamson (in Schwartzman(org) 1977)

essas economias e, mais ainda, o centro pode absorver o desemprego disfarçado da periferia, aumentando a produtividade marginal e o consumo “per capita”. No entanto, pode haver muito mais efeitos desfavoráveis para a periferia, podendo inverter o possível ganho líquido decorrente do efeito de fluência. As manufaturas e indústrias que, porventura, existam na região periférica provavelmente perderiam na competição, sendo comparativamente ineficientes com as do centro. A periferia, em posição desvantajosa, pode ter de comprar no centro os produtos que não são produzidos por ela, ao invés de importar, por razões de políticas de desenvolvimento do centro, ou por outras razões. Além disso, o centro absorveria boa parte da mão de obra qualificada da periferia, pois é no centro que se encontram os salários maiores e uma maior dinâmica da economia. Este tipo de migração é extremamente desfavorável às regiões atrasadas, já que diminui seu capital humano. Esse fator, além de ser indesejável para a periferia, afeta negativamente o país como um todo, já que o ganho do centro com esses trabalhadores é menor que a perda da periferia. Deve-se levar em conta também que esses fatores de polarização da economia são mais intensos quanto menor for a complementaridade das economias do centro e da periferia. Assim, se a periferia for basicamente uma economia agrícola e, no centro, também existirem regiões agrícolas, esses efeitos de polarização seriam intensificados, enquanto os efeitos de fluência seriam minimizados ou nulos.

Resumindo, para Hirschman (in Schwartzman(org) 1977), a relação entre centro e periferia é subordinada a fatores de fluência, fatores de transbordamento do crescimento do centro para o entorno periférico, e por fatores de polarização, fatores de constrangimento do crescimento da região periférica. Nesse balanço de forças de direções opostas, o resultado é bastante influenciado pela ocorrência de complementaridade entre essas economias.

I.1.2 – Myrdal e o círculo virtuoso

Uma visão menos otimista da relação centro-periferia se encontra em Myrdal (1960). Segundo este autor, a dinâmica centro-periferia é uma dinâmica muito desfavorável para a periferia. As perdas dessa relação são sempre maiores que o ganho. O centro gera fatores cumulativos de atração enquanto que as regiões periféricas tendem a se distanciar cada vez mais, perdendo poder de atração de capital financeiro e humano. Em outras palavras, o atraso das regiões periféricas, que não têm suficientes atrativos para competir com o pólo, ocasiona um crescente agravamento da desigualdade e, com isso, da possibilidade de a região, por

conta própria, gerar seu desenvolvimento. O pólo, por outro lado, acumula atrativo, na medida em que atrai cada vez mais investimentos. Dessa forma, Myrdal (1960) apresenta uma ideia de círculo virtuoso: o crescimento é causa e efeito da aglomeração. Tanto o crescimento quanto o atraso têm efeitos cumulativos, o que favorece um desenvolvimento desigual acentuado. Uma frase já muitas vezes destacada que resume o que Myrdal (1960) diz sobre essa relação: “Pobres são pobres por que são pobres”.

Tanto Myrdal (1960) quanto Hirschman (in Schwartzman(org) 1977) concordam que o desenvolvimento num ponto (o centro) gera efeitos de polarização do crescimento e de dispersão do crescimento. No entanto, Myrdal (1960) é mais enfático ao dizer que o atraso leva ao atraso e crescimento leva ao crescimento, enquanto Hirschman (in Schwartzman(org) 1977) postula que a complementaridade é o fator determinante do efeito de fluência do crescimento. Assim, a permanência do atraso de uma região periférica indica a baixa ocorrência de complementaridade entre as economias. As regiões periféricas, quanto a complementaridade, enfrentam problemas para que os fatores de fluência sejam significativos: existe a concorrência de outras regiões periféricas e, com o desenvolvimento tecnológico, concorrência até de outros pólos que produzam as demandas do centro. Dessa forma, o desenvolvimento industrial dessas regiões, apesar de certa complementaridade, pode ficar comprometido, restando para a região a produção de produtos pouco complexos, os quais não geram fatores aglomerativos mais expressivos.

Regiões que produzem produtos primários e bens não duráveis têm muito mais dificuldade de industrialização e, com isso, de crescimento econômico. A industrialização é algo fundamental para uma economia mais complexa. A industrialização gera escala para o aumento, cada vez maior, da divisão do trabalho, que, por sua vez, acaba criando e atraindo indústrias e empresas diversas que atuam em mercados cada vez mais especializados. Isso torna a dinâmica econômica mais complexa, o que possibilita a atuação em setores da economia antes inexistentes, criando novas demandas e incentivando o avanço tecnológico.

Assim, embora com aproximações diferentes, tanto Myrdal (1960) quanto Hirschman (in Schwartzman(org) 1977) percebem a problemática de uma região periférica em busca de uma inserção mais industrializada no contexto econômico, entendendo que a dinâmica do mercado não é capaz de, sozinha, promover o desenvolvimento. Hirschman (in Schwartzman(org) 1977) foca mais a sua análise na relação de desigualdade que, geralmente, ocorre entre o centro e as suas periferias. Myrdal é mais pessimista e está interessado em

mostrar que, além dessa desigualdade, há uma tendência cumulativa, o que torna a relação entre as duas regiões crescentemente desigual. Dessa forma, segundo Hirschman (in Schwartzman(org) 1977), o apoio de entidades externas acaba sendo importante para o crescimento de uma região periférica, na medida que essas entidades podem criar vantagens competitivas para a região, podendo assim desenvolver sua atratividade. Este autor enfatiza o uso de políticas públicas como importantes instrumentos para o enfrentamento dos constrangimentos gerados pelo centro.

I.1.3 – Williamson e o Desenvolvimento Convergente

Tratar-se-á, neste ponto, de um autor que entende o problema centro-periferia como um problema temporário, Williamson (in Schwartzman(org) 1977). Segundo ele, a conjugação da dinâmica do mercado com o transcorrer do tempo é suficiente para a convergência do desenvolvimento entre as regiões. Diferentemente de Myrdal (1960) e Hirschman (in Schwartzman(org) 1977), Williamson (in Schwartzman(org) 1977) entende que os fatores de fluência se sobrepõem aos de concentração, ou seja, existindo um pólo mais desenvolvido, o mercado geraria forças que transformariam essa desigualdade em igualdade entre as regiões, sendo, então, essa discussão sobre o desenvolvimento da periferia irrelevante, pois as forças do mercado se encarregariam de desenvolver a periferia sem precisar de nenhuma política desenvolvimentista.

Todos os autores de desenvolvimento regional compartilham a ideia de que, pelo menos inicialmente, todo crescimento econômico é localizado, ou seja, há a princípio sempre uma desigualdade no desenvolvimento entre regiões. Regiões pontuais começam a se desenvolver mais, ou por acaso ou por terem ativos genéricos mais atrativos, enquanto que outras regiões permanecem estagnadas. Para Williamson (in Schwartzman(org) 1977), existe essa desigualdade apenas num momento inicial, ou porque ainda não houve tempo de o mercado equilibrar as regiões, ou porque o mercado não estava bem organizado e funcionava imperfeitamente. Dessa forma, para esse autor, essa desigualdade inicial é sanada pelas próprias forças do mercado, desde que o mercado funcione livre, sem intervenções estatais. Portanto, a única política cabível ao desenvolvimento da região periférica é, exatamente, não ter política intervencionista que interfira no movimento do mercado.

A ideia de Williamson (in Schwartzman(org) 1977) e dos demais autores do desenvolvimento convergente é simples: as indústrias se estabeleceriam no entorno periférico pelo alto preço das terras do centro, pelos altos salários do centro contra os baixos salários das

regiões periféricas, e entre outros fatores, que tornam atrativos os investimentos na região periférica, ou seja, a mão invisível do mercado se encarregaria de tornar o entorno mais atrativo que o centro. Toda essa ideia está baseada na teoria dos rendimentos decrescentes. A busca de mais lucros leva os empresários a investirem em regiões ainda sem muita expressão econômica para alcançarem lucros maiores que os obtidos na, já saturada, economia do centro. De um modo mais claro, o conceito de rendimentos decrescentes do capital, no caso, apregoa que, em regiões onde um grande número de capital já está investido, os lucros sejam menores, e o investimento rende menos do que em regiões onde há pouco aporte de capital. Por esta razão, Williamson (in Schwartzman(org) 1977) considera que as empresas, no momento da decisão de onde se estabelecerem, escolhem as regiões periféricas ao invés da região centro quando o mercado está funcionando perfeitamente. Se isso não ocorre, é porque o mercado não está funcionando livremente, existe alguma interferência que está impossibilitando o mercado de funcionar como mecanismo de equilíbrio.

1.2 – As Externalidades Espontâneas e as Externalidades Construídas

Dos autores que entendem crescimento desigual, Krugman (apud Garcia 2003) foca as externalidades para explicar o efeito da aglomeração, especificamente as externalidades espontâneas. Outro autor que também usa deste mecanismo para explicar a economia regional é Marshall (apud Garcia 2003). Nesta parte, pretende-se explanar sobre as ideias desses autores.

A principal característica de uma externalidade, segundo Varian (2003), é o fato de ser um bem importante para as pessoas, o qual, no entanto, não é vendido em mercados, sendo promovido por algum agente econômico. As externalidades podem ser positivas ou negativas. Um exemplo de externalidade negativa é a poluição do ar gerada por uma indústria numa determinada região, que afeta o bem-estar de toda uma população. Um exemplo de externalidade positiva é a iniciativa de uma indústria que se estabelece numa região e investe no melhoramento da principal via de acesso, para o melhor escoamento de sua produção. A melhoria da qualidade da via de acesso garante maior acessibilidade para toda a população, sem que isso seja pago pelos habitantes ou precificado.

I.2.1 – Marshall e as externalidades espontâneas

Para Marshall (apud Garcia 2003), existem fatores endógenos que estimulam o crescimento e se tornam fatores de aglomeração industrial. Uma região pontual se desenvolve

por existirem nessa região ativos genéricos mais atrativos que nas demais regiões. Por conta dessa aglomeração industrial inicial, a região começa a apresentar fatores endógenos ao processo de aglomeração, fatores como a divisão de trabalho entre as empresas, aglomeração de mão-de-obra qualificada e o aparecimento de fornecedores especializados. Segundo Marshall (apud Garcia 2003), a aglomeração de empresas leva ao aparecimento de externalidades, e essas externalidades são o fator que torna a região cada vez mais atraente.

Essas externalidades geradas pelo crescimento e concentração na região tem um nome específico na literatura da economia regional e urbana: externalidades espontâneas. Externalidades espontâneas são externalidades criadas pela aglomeração que independem das decisões dos agentes econômicos. Para Marshall (apud Garcia 2003), essas externalidades espontâneas geradas na economia são a causa da concentração, pois esses fatores tornam a região cada vez mais atrativa para os olhos dos empresários, que preferem se estabelecer nessa região ao invés de se fixarem em uma região que não apresenta tais fatores de aglomeração.

Das externalidades espontâneas a que Marshall (apud Garcia 2003) mais atribui importância é a questão da difusão de conhecimento e tecnologia entre trabalhadores. Esse ativo é de vital importância para a região, pois se trata de um ativo específico, privativo dos trabalhadores da região, resultante do conhecimento e da experiência compartilhada entre eles, dos tipos de relacionamento entre os trabalhadores das diversas empresas e do tipo de convívio pessoal estabelecido pela população local. Logo, tais características não podem ser imitadas por nenhuma outra região, transformando-se num fator de concentração poderoso, único e intransferível e criando um diferencial competitivo.

Para Marshall (apud Garcia 2003), o aparecimento de pólos de crescimento pressupõe a existência de externalidades espontâneas que levam as empresas que ainda não se estabeleceram a tenderem a investir na região concentrada. Para que ocorra investimento na região periférica, ou seja, na região influenciada por um pólo de crescimento, na visão de Marshall (apud Garcia 2003), é necessário que os ativos genéricos, que são os fatores que importam para uma inicial atividade de aglomeração na região, como disponibilidades de matérias-primas, a facilidade de transporte e a existência de um mercado interno, sejam realmente muito atrativas e maiores que o poder de atração das externalidades espontâneas existentes no pólo.

I.2.2 – Krugman e a escala de produção

Para Krugman (apud Garcia 2003), as externalidades espontâneas mais importantes geradas pelas regiões pólos são ligadas à escala de produção e ao tamanho do mercado. Segundo Krugman (apud Garcia 2003), a capacidade de atração de uma região está ligada diretamente ao seu tamanho de mercado. Quanto maior o tamanho do mercado maior a atração, e quanto maior a atração maior será a tendência de estabelecimento de novas empresas e, conseqüentemente, maior o tamanho do mercado. Como em Myrdal (1960), também existe a ideia de um círculo virtuoso que gera a acumulação da atração dos investimentos para o pólo de crescimento. Como em Marshall (apud Garcia 2003), Krugman (apud Garcia 2003) também aponta como externalidades espontâneas a criação de redes de fornecedores especializados e trabalhadores qualificados, por exemplo; porém, diferente de Marshall (apud Garcia 2003), ele não considera a difusão tecnológica como um fator decisivo de aglomeração.

Para os krugmanianos, portanto, a forma mais adequada para gerar desenvolvimento em uma região periférica seria construir aos poucos as externalidades que tanto favorecem o pólo. O aparecimento dessas externalidades depende, é certo, inicialmente, do estabelecimento de um número mínimo de indústrias ainda que pouco complexas para que as externalidades de aglomeração e de escala comecem a funcionar como o círculo virtuoso de Myrdal (1960).

Assim sendo, para esses dois autores, Marshall (apud Garcia 2003) e Krugman (apud Garcia 2003), são as externalidades espontâneas geradas pela aglomeração industrial a chave para o desenvolvimento. Sob esse ponto de vista, então, o método mais adequado para gerar desenvolvimento em regiões periféricas é estabelecer políticas públicas que favoreçam o aparecimento dessas externalidades. Tornar os ativos genéricos da região tão atrativos que superem os fatores aglomerativos do centro seria uma solução coerente com a abordagem de Marshall (apud Garcia 2003); construir as externalidades espontâneas para atrair as empresas seria uma medida krugmaniana. Logo, políticas que diminuam os custos das empresas, como incentivos fiscais, ou políticas de criação de externalidades espontâneas como investimentos em infraestrutura, investimento na qualificação dos trabalhadores e/ou atração de mão-de-obra qualificada, criação de universidade ou centro de pesquisa, apoio a desenvolvimento de setores da região comporiam medidas coerentes com as ideias de Krugman (apud Garcia 2003). Vale ressaltar, no entanto, que Krugman (apud Garcia 2003) não explicita o uso de

políticas públicas para o desenvolvimento. Os exemplos dados no parágrafo são baseados em suas ideias, mas não correspondem à transcrição de seus textos.

Krugman (apud Garcia 2003), com sua ênfase na escala de produção e no tamanho de mercado, e Marshall (apud Garcia 2003), com sua ênfase na difusão tecnológica, ressaltam a importância da industrialização, como meio para tornar a economia mais complexa. A complexidade dos encadeamentos produtivos constitui um grande poder de atração. A escala de produção é um fator decisivo para a complexação, que desestimula a industrialização da região periférica, pois o mercado interno da mesma não preenche os requisitos necessários à industrialização, por ser pequeno demais. A ausência de difusão tecnológica é mais um obstáculo ao investimento de indústrias mais complexas nessas regiões. Assim, as regiões periféricas não desenvolvem as externalidades espontâneas apontadas pelos autores e, dessa maneira, não se tornam atraentes. Apenas possuem seus ativos genéricos que atraem principalmente empresas de baixa tecnologia incapazes de gerar externalidades espontâneas. Apenas com os mecanismos de mercado, dificilmente a região periférica perde a condição de atraso que a caracteriza.

I.2.3 – As externalidades construídas do desenvolvimento endógeno

Outro tipo de entendimento sobre o caráter cumulativo da dinâmica econômica do centro é expressado pelos teóricos do desenvolvimento endógeno e consiste em, basicamente, criar um ativo específico para a região e, dessa forma, ter um tipo de atratividade não encontrado nas outras regiões, como na difusão tecnológica de Marshall (apud Garcia 2003). Esse ativo, por ser único e diferenciado, pode ganhar na concorrência com o centro. Então, a política de desenvolvimento, segundo esses autores, baseia-se na criação de um fator de atração específico da região para que essa região se insira na economia global de forma diferenciada.

Esses ativos específicos são chamados de externalidades desejadas. Diferentemente da externalidade espontânea de Marshall (apud Garcia 2003) e Krugman (apud Garcia 2003), a externalidade desejada consiste numa externalidade construída pelo esforço dos agentes econômicos da região e não aparece automaticamente com o crescimento. A função dessa externalidade desejada é fazer com que a região periférica seja reconhecida pelo mercado, já que seus ativos genéricos não o são. Os teóricos endógenos insistem na necessidade do esforço dos agentes para criar tal ativo específico, de modo a obter uma vantagem competitiva.

Segundo os autores do desenvolvimento endógeno, essa diferenciação da região pode ser atingida por três maneiras: inovação e aprendizagem, cooperação dos agentes e produtos diferenciados. Cooperação dos agentes e produtos diferenciados são formas de diferenciação que dependem de um crescimento inicial e de uma trajetória de desenvolvimento da região com o foco na cooperação ou tradição num dado tipo de produto e ramo de produção.

Um comentário de Piore e Sabel (1984) sobre essas externalidades construídas, especificamente sobre a cooperação dos agentes como meio de diferenciação da região, é que a aglomeração espacial deve ser acompanhada de um estreitamento da relação entre fornecedores e empresas para que haja uma espécie de integração vertical que reduza os custos de transação e informação. A cooperação entre os agentes traz vantagens para a região e é um tipo de fator endógeno de atração de empresas. É importante mencionar que esses autores formularam sua teoria, observando a economia flexível da média Itália, onde o desenvolvimento está centrado em médias e pequenas empresas, contrapondo-se às grandes empresas dos pólos. Segundo eles, a cooperação e a flexibilidade da economia trazem vantagens que não se encontram nos grandes centros da Itália. No entanto, é perceptível a questão da trajetória para esses autores, que entendem a cooperação existente na média Itália como fator fundamental para diferenciar essa região, fator esse que dificilmente será implementado de forma artificial em regiões com trajetórias diferentes.

Há duas maneiras de implementar essas externalidades, via atores locais e via políticas públicas. Via atores locais implica um desenvolvimento cooperativo dos agentes econômicos da região; no entanto, esse desenvolvimento só será impulsionado por uma necessidade de sobrevivência ou por uma ação de inovadores locais. Via política pública consiste numa política de desenvolvimento, políticas de atração de empresas para a região, como qualificação de mão-de-obra, ou criação de centros de pesquisas.

Segundo Becattini (2003), o desenvolvimento endógeno ocorre pela integração entre a comunidade local e a população das empresas no contexto geográfico e histórico. Esses autores acreditam que o desenvolvimento se faz a partir de um aperfeiçoamento cultural e técnico-profissional, ou seja, o crescimento de uma região deve estar atrelado ao desenvolvimento cultural da população. A instalação de universidade e centros de pesquisa, sob esse prisma, constituem atrativos para as empresas devido à qualidade dos trabalhadores e à decorrente concorrência empresarial local, tornando-se um diferencial da região. Essa estratégia é denominada por eles desenvolvimento por alto, em oposição aos autores que

pensam o desenvolvimento a partir da atração por baixos salários, devido à desqualificação dos trabalhadores, o que corresponderia, na terminologia adotada por Becattini, ao desenvolvimento por baixo.

Em suma, para os teóricos do desenvolvimento endógeno e para Porter (1990), um ambiente cultural e sociológico que propicie uma coesão social, redes de confiança e cooperação são pré-requisitos para que se estabeleça uma dinâmica de inovação e aprendizagem, e para que, assim, a região seja um ambiente propício para o estabelecimento das empresas mais dinâmicas e complexas. O crescimento, nesses moldes, é capaz de se auto-reproduzir, sem uma concorrência via preço entre ativos genéricos que todas as regiões possuem. Com o ativo específico, a região será conhecida pelo seu diferencial, e as empresas interessadas nesse ativo não terão outra escolha a não ser se estabelecer na região, atraindo outras empresas e, conseqüentemente, desenvolvendo a região.

A questão é que esse tipo de desenvolvimento demanda que o ativo específico construído seja reconhecido pelo mercado. Ou seja, depende de um contexto econômico que torne o esforço dos agentes no desenvolvimento de produtos diferenciados e ativos específicos algo valorizado pelo mercado. Em outras palavras, o desenvolvimento endógeno de uma região ocorre por uma revalorização dos ativos específicos ou por criação de um ativo diferenciado que o mercado reconheça. No entanto, como muito desses ativos dependem de aspectos da trajetória histórica, a região não possui muitas possibilidades para forjar seu ativo construído de acordo com o interesse do mercado.

Resumidamente, os autores do desenvolvimento endógenos vêem o desenvolvimento de regiões periféricas, a partir das externalidades construídas, através da cooperação entre agentes locais, inovação e aprendizagem, produtos diferenciados ou uma combinação desses meios, gerando ativos específicos que tornam a região atrativa para as empresas. A principal observação que se faz a esse modelo de desenvolvimento consiste na dependência de sua aplicação à trajetória histórica local. Apenas sistemas inovativos se diferenciam por não dependerem da trajetória como os outros. Um modo de trazer essa inovação é construir centros de pesquisas voltadas para a inovação do produto. Construído o ativo específico, e este funcionando como fator aglomerativo, pode-se desencadear um processo de desenvolvimento tal que gere as externalidades espontâneas mencionadas por Marshall (apud Garcia 2003) e Krugman (apud Garcia 2003)

1.3 – As políticas de desenvolvimento de regiões periféricas²

1.3.1 – Base de exportação

Até agora, tratou-se de discutir como importantes autores vêem o desenvolvimento de regiões periféricas a partir de uma política deliberada centrada nessas regiões para que elas suplantem os constrangimentos gerados pelo centro econômico. Tratar-se-á, nesta parte do trabalho, de um autor que responde à questão do desenvolvimento periférico, tomando como base o desenvolvimento das regiões americanas, observando como essas regiões se desenvolveram num contexto onde já havia pólos de crescimento. Trata-se, assim, de um formato de desenvolvimento, descrito a partir do sucesso americano, em que regiões periféricas, os Estados Unidos, se desenvolveram mesmo com a influência de um centro, a Europa. No entanto, vale ressaltar, que não existia um centro próximo, ou seja, na regiões americanas não havia um centro regional, o centro nessa dinâmica estava distante no outro lado do oceano atlântico, tendo menos forças de constrangimentos ao desenvolvimento periférico.

Existe uma diferença considerável entre pensar o desenvolvimento num mundo ainda pouco capitalista, onde o comércio internacional ou o comércio regional ainda é pouco organizado, e pensar o desenvolvimento num contexto onde já se desenvolveram pólos de crescimento. Em outras palavras, desenvolver sem as influências de um centro é totalmente diferente de se desenvolver com as influências de um centro.

Sob uma perspectiva histórica, o desenvolvimento do continente europeu pode ser apontado como um exemplo bem-sucedido de crescimento praticamente isento das forças centrípetas de atração de centros e pode ser explicado pela teoria do crescimento regional por estágios. Essa teoria sustenta que o desenvolvimento apresenta uma seqüência normal de estágios pela qual, invariavelmente, toda região deve seguir para atingir o pleno desenvolvimento. Tal teoria, no entanto, não se aplica às periferias já constrangidas por fortes fatores de aglomeração dos grandes centros, nem mesmo como base de uma política desenvolvimentista quando as regiões que se candidatam ao desenvolvimento se defrontam com uma economia mundial ou regional bem difundida e organizada. Isso ocorre porque o centro inviabiliza tal política, já que sua influência interfere decisivamente no desenvolvimento focado no mercado interno, ponto crucial da formulação teórica, quer por este apresentar-se muito debilitado pelos fatores de concentração, quer porque esse incipiente

² Esse sub capítulo foi escrito, baseado nos teóricos da economia regional: Hirschman (in Schwartzman(org) 1977), North (in Schwartzman(org) 1977) e Perroux (in Schwartzman(org) 1977)

mercado já foi conquistado pelas empresas do centro. O contra-exemplo dessa teoria dos estágios é o desenvolvimento norte-americano, cuja bem-sucedida trajetória se contrapõe aos postulados de cunho evolucionista propostos.

Qual então foi a maneira que a região norte-americana encontrou de se enquadrar na economia mundial? Para responder a essa pergunta e assim tentar achar um formato de como as regiões deveriam crescer, Douglass C. North (in Schwartzman(org) 1977) criou uma nova teoria do desenvolvimento regional conhecida como “base de exportação”.

A economia norte-americana foi inicialmente programada para um único objetivo, comercializar para fora. E isso já demonstra a diferença de tipo de desenvolvimento comparado com o modelo europeu, cuja estruturação se fez com base no crescimento do mercado interno. Diferentemente, todo o crescimento americano foi fundado pelo mercado externo. Esse fato pode mostrar que a potencialidade de desenvolvimento das regiões mais atrasadas é parte de sua capacidade de se inserir no mercado mundial, ou no mercado regional, produzindo algum produto exportável. Na teoria de North (in Schwartzman(org) 1977), a maneira mais eficiente de geração de renda para uma região periférica é a especialização em algum ou alguns produtos que sejam exportados, como fundamento para o desenvolvimento inicial, e posterior diversificação da produção. Para ele, essa é a fórmula para inserção no mercado, já que, como já demonstrado, o centro dificulta o desenvolvimento voltado para o mercado interno, sendo a especialização a chance de uma região periférica ganhar competitividade e, dessa maneira, conseguir uma renda relevante para a região. Outro fator fundamental para o sucesso da região, ainda segundo North (in Schwartzman(org) 1977), é o esforço para a diminuição dos seus custos de produção do produto exportável (o processamento e os custos de transferência) e dos investimentos em infraestrutura. Apesar de esses esforços elevarem a dependência pelo produto exportável, é de vital importância para o estabelecimento inicial da competitividade no mercado mundial. À medida que se cresce com uma base de exportação, toda a dinâmica da economia da região é orientada para esse produto, o que favorece a transformação de uma economia simples em uma economia mais complexa e estruturada.

È dessa forma que North (in Schwartzman(org) 1977) projeta a possibilidade de crescimento de uma região periférica: a especialização numa produção de exportáveis como vantagem competitiva em relação ao centro e outras regiões. Entretanto, como é discutido em posterior passagem, a especialização numa produção não gera, automaticamente, uma

economia mais complexa. A complexação econômica depende do tipo de produto e da atuação dos agentes econômicos, tanto públicos quanto privados.

A estrutura que o produto exportado requer é um índice decisivo para a projeção do desenvolvimento da região como um todo. Em outras palavras, quanto mais transbordar desenvolvimento do setor exportador para o resto da economia local mais complexa e desenvolvida a região tenderá a ser. Um exemplo pátrio dessa relação entre o nível de capacidade de transbordamento do setor exportador instalado e o potencial de crescimento observável é a constatação da diferença entre a trajetória de desenvolvimento do nordeste e do sudeste brasileiro. O nordeste tinha como principal produto o açúcar. Tal produto demandava uma mão-de-obra pouco qualificada e não necessitava de uma estrutura de insumos e produção complexa e, por essas razões, foram feitos poucos investimentos em infra-estrutura, o que fez a renda gerada pela exportação do açúcar não se distribuir entre os demais setores da economia, ou seja, não houve significativo transbordamento para o desenvolvimento da região, apesar de em comparação com o café poderia ser considerada mais industrial. O sudeste brasileiro, por outro lado, teve como principal produto o café, produto que demandava uma mão-de-obra mais qualificada e ainda era uma mão-de-obra livre, fator importante para os transbordamentos, um maior planejamento em infraestrutura e uma produção de insumos mais diversificada. Conseqüentemente, esse tipo de produção gerou mais transbordamentos da renda para o desenvolvimento do resto da economia, criando uma economia mais complexa e desenvolvida.

A despeito do caso brasileiro, em que se relatou a ocorrência de externalidades espontâneas geradas a partir de produção agrícola, de um modo geral, a especialização em um produto primário não promove um transbordamento capaz de transformar a economia local. A especialização em um produto industrializado, como alternativa, por outro lado, não está ao alcance de uma região periférica, a não ser que haja algum apoio governamental, já que a região, provavelmente, não apresenta estrutura, mão-de-obra adequada, ou serviços necessários para uma indústria. Por isso, esse tipo de modelo tende a ser seguido e implementado com o apoio do Estado, que tem poder para atrair indústrias e incentivar a especialização produtiva. Ainda é o Estado que vai atuar investindo em infraestrutura, e implementando requisitos mínimos para a atração de empresas mais complexas.

I.3.2 – Políticas públicas e a *indústria motriz*

Segundo Hirschman (in Schwartzman(org) 1977), apesar dos investimentos públicos inicialmente contribuírem para a acentuação das diferenças entre o centro e a periferia, já que a demanda por tais investimentos na primeira etapa do desenvolvimento do centro é grande. Num segundo momento, ela vai servir para diminuir ou não prolongar essa diferença. A intervenção governamental tentará contrabalançar os efeitos de polarização. Isso acontecerá com medidas para compensar o fluxo que entra no centro, oferecendo, por exemplo, vantagens tributárias especiais, economias externas semelhantes ao do centro, através de investimentos públicos. Dotar a periferia de infraestrutura já encontrada no centro é uma maneira de diminuir a diferença, mas as debilidades da economia da periferia já bem influenciadas pelos pólos acarretam a necessidade de dotá-la de atividades econômicas, próprias, continuadas e indutoras.

Considerando essas condições, Perroux prega o desenvolvimento a partir da implantação de uma indústria motriz, que, por suas características, vai promover o crescimento das outras atividades econômicas.

Como North (in Schwartzman(org) 1977), Perroux (in Schwartzman(org) 1977) apresenta uma convicção semelhante em relação à capacidade de uma atividade econômica gerar um efeito positivo na economia, considerando seu crescimento um impulsionador da economia como um todo. A esse tipo de estratégia Perroux (in Schwartzman(org) 1977) chamou *Indústria Motriz*. Sendo que, diferente de North, ele foca no efeito do desenvolvimento da atividade industrial como maior fator de desenvolvimento da dinâmica da economia, enquanto que North (in Schwartzman(org) 1977) considera que qualquer tipo de produto é capaz de fazer desenvolver a economia, com a geração de renda que ocorre com a base de exportação. Para Perroux (in Schwartzman(org) 1977), a atividade econômica capaz de gerar transbordamentos suficientes é a relacionada ao setor secundário, postulando, inclusive, que as especificidades das atividades dos setores primário e terciário não se prestam a desencadear as externalidades necessárias ao desenvolvimento de regiões periféricas, na medida em que não se caracterizam pela necessidade de complexas redes de integração setorial. Assim, na proposta de Perroux (in Schwartzman(org) 1977), uma *indústria motriz* é aquela cujo nível de produção afeta direta e indiretamente inúmeras outras indústrias e atividades econômicas, caracterizando-se tal afetação por uma relação de proximidade e dependência. Detalhando a situação, Scitovsky (apud Perroux (in Schwartzman(org) 1977)) expõe desta forma as inter-relações proporcionadas por uma indústria motriz A: em uma

indústria B, que compra fatores produzidos pela indústria A; em uma indústria C, cujo produto é complementar ao produto da indústria A; em uma indústria D, cujo produto é substituto dos fatores utilizados pela indústria A; em uma indústria E, cujo produto é consumido pelos indivíduos cuja renda é aumentada pelo crescimento da indústria A.

Então, a inserção de uma *indústria motriz* numa região marginal tende a impulsionar a economia e se transformar em um fator de concentração da atividade econômica, constituindo-se em uma interessante alternativa de desenvolvimento. Como bem demonstrou Scitovsky, as indústrias do tipo A geram várias possibilidades de aumento de renda de outras indústrias da região, o que se transforma num fator importante de concentração, sendo um incentivo forte para a instalação de outras indústrias.

1.3.3 – Caminhos de desenvolvimento para as regiões periféricas

Em resumo, com base nos teóricos que reconhecem a natureza do desenvolvimento regional desigual, pode se afirmar que a região periférica sofre estrangulamentos do centro que a impede de se desenvolver normalmente. Hirschman (in Schwartzman(org) 1977) postula que regiões atrasadas próximas a um pólo são regiões para as quais as dinâmicas de concentração sobrepujaram as de fluência do crescimento. Ainda segundo Hirschman (in Schwartzman(org) 1977), isso ocorre pela falta de complementaridade entre regiões, baixa competitividade, e, principalmente, pela concorrência do centro na atração de investimentos e de mão-de-obra qualificada. O pólo de crescimento atrai pesadamente os investimentos para a sua região o que, fatalmente, acaba inibindo o crescimento do seu entorno.

A maneira de as regiões periféricas enfrentarem essas circunstâncias adversas é fortalecer seus fatores de aglomeração, ou beneficiando-se de deseconomias de aglomeração do pólo, ou por um aumento da sua competitividade e a partir daí, de suas forças aglomerativas. Em outras palavras, a região precisa criar sua própria forma de construir suas externalidades positivas. No entanto, a distância econômica entre o centro e a região periférica dificulta a criação de tais externalidades, que não se constituem de forma automática, sendo necessária a adoção de políticas públicas, pois o governo é capaz de intervir com algum sucesso na dinâmica do mercado.

Como então gerar uma aglomeração industrial? Entre os teóricos estudados, observa-se a formulação de duas possibilidades básicas para a indução do desenvolvimento de regiões periféricas: implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento das atividades locais

e da atratividade própria da região ou a adoção de políticas voltadas para a atração de empresas e investimentos. Com base na percepção dessas duas alternativas, far-se-á no capítulo terceiro uma análise da efetividade de suas aplicações. Essas duas propostas básicas podem ser assim resumidas:

- 1 Políticas para o Desenvolvimento das Atividades Locais: consistem no desenvolvimento de políticas de apoio as empresas da região. Essa possibilidade varia segundo as correntes analisadas. Pode ser via maior competitividade dos produtos locais, aproveitando-se ou da complementaridade entre as regiões ou de mercados mais distantes (base de exportação). Outra via é elevar a competitividade do território via cooperação entre os atores, melhoria da capacitação, pesquisa, serviços de apoio, logística (desenvolvimento endógeno). Nesse caso, o apoio governamental poderia se enquadrar através de uma política de compras institucionais, crédito, acesso facilitado a inovações, capacitação dos trabalhadores, entre outras.
- 2 Políticas para a Atração de Empresas e Investimentos: consiste, por meio de políticas públicas, no aumento da atração através, por exemplo, de incentivos para a instalação de empresas na região (Hirschman (in Schwartzman(org) 1977)) ou na captação de empresas capazes de exercer a função de indústria motriz, apregoada por Perroux (in Schwartzman(org) 1977).

A primeira alternativa está ligada, principalmente, às ideias de Krugman (apud Garcia 2003), de North (in Schwartzman(org) 1977) e dos teóricos do desenvolvimento endógeno; baseia-se no desenvolvimento da região a partir de seu produto ou de suas características. O desenvolvimento de produtos específicos implica o desenvolvimento de um setor específico com potencial para dinamizar a região e torná-la capaz de atrair seus próprios investimentos. O desenvolvimento com base no perfil regional implica o desenvolvimento de atributos com potencial de torná-los uma vantagem específica da região. Trata-se de uma estratégia que privilegia o diferencial exclusivo que a região possua ou possa possuir. Por ser exclusiva essa vantagem não concorre com os fatores aglomerativos do centro, tornando possível o desenvolvimento da região.

Esse tipo de política é orientado pela noção de uma industrialização progressiva, cujas principais formulações são retiradas das ideias de Krugman (apud Garcia 2003)

e da base de exportação de North (in Schwartzman(org) 1977), e se caracteriza por uma política lenta e gradual para o desenvolvimento regional, ressaltando a ideia de que a região, com a ajuda do Estado, pode desenvolver suas próprias potencialidades econômicas.

O mais importante é ressaltar que a capacidade da industrialização progressiva em construir externalidades capazes de alavancar um novo ritmo de crescimento para a região depende muito do ritmo de crescimento dessa produção e do tipo de produto. Por se tratar de uma região periférica, o produto que a região desenvolve não favorece a geração de encadeamentos produtivos e, por isso, não facilita o processo de desenvolvimento da economia local. O modelo de industrialização progressiva apresenta mais dificuldades na construção das externalidades positivas necessárias ao desenvolvimento, a não ser que o ritmo de crescimento da produção capaz de gerar tais externalidades seja bastante acelerado.

A segunda alternativa depreendida dos estudos sobre o desenvolvimento regional indica a necessidade de atração de empresas de fora da região. Tal alternativa tem características diferentes da primeira, por se tratar de uma estratégia que atua diretamente no nível de atratividade da região, enquanto a primeira alternativa atua apenas indiretamente nesse sentido. Enquanto que a segunda atua para aumentar os fatores de aglomeração da região, a primeira atua sobre os agentes locais para gerar desenvolvimento, que eleve as economias de aglomeração da região.

Essa maneira de atuar sobre o problema, baseada, principalmente, nas ideias de Perroux (in Schwartzman(org) 1977), aponta um meio mais eficaz por ir diretamente ao foco do problema centro periferia. Contudo, a atração de empresas com complexos encadeamentos produtivos não se aplica a qualquer região. A instalação desse tipo de empresa demanda requisitos para o seu funcionamento. Tais requisitos não são encontrados em qualquer região. Geralmente, só regiões centrais podem atender a essas características.

Como as regiões periféricas não contêm os pré-requisitos básicos para a atração de indústrias deste porte, tal alternativa de promoção de desenvolvimento não constitui uma possibilidade plausível em algumas regiões, antes de uma política voltada para a satisfação dos requisitos. Mesmo na atração de indústrias com um menor poder encadeante que as de Perroux (in Schwartzman(org) 1977), é necessário preencher antes os requisitos necessários para a vinda dessas empresas. Para tal, faz-se necessária uma política pública de caráter estruturante na região, melhorando sua infraestrutura, qualificando a mão-de-obra, entre outras medidas.

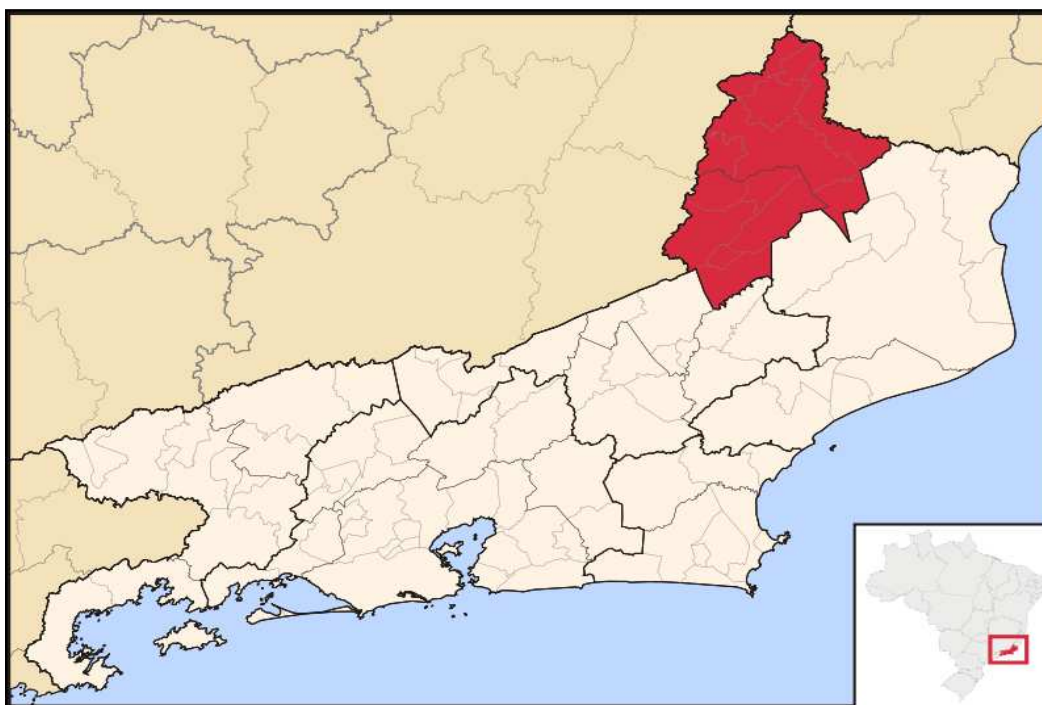
A importância de políticas públicas na atração de indústrias com fortes encadeamentos produtivos é, pois, um fator decisivo no desenvolvimento de regiões periféricas. A capacidade dessas indústrias atraídas de gerar externalidades positivas possibilitará estabelecimento da dinâmica econômica denominada por Myrdal (1960) de círculo virtuoso do crescimento, típico dos grandes pólos de crescimento.

Capítulo II – A região do Noroeste Fluminense

Neste segundo capítulo, busca-se identificar as principais características da região Noroeste Fluminense, elegida para estudo, com vistas a evidenciar sua posição no contexto da economia do Estado do Rio de Janeiro, a partir de estudos estatísticos sobre a referida região, o interior fluminense e o Estado do Rio de Janeiro.

Os focos de análise são baseados na inserção da região na economia estadual e na economia do interior fluminense, na composição do PIB do Noroeste e na estrutura industrial existente na região. Também é objeto de apreciação deste trabalho os indicadores sociais da região, de modo a caracterizar o desenvolvimento do Noroeste, acompanhados de um breve resumo sobre a região, com a indicação de seus municípios e de sua trajetória histórica. Pretende-se, com isso, sob o prisma do desenvolvimento regional, caracterizar a região como uma região periférica e discutir, à luz dos estudos teóricos, as possibilidades de promoção do desenvolvimento nesta região.

Mapa 1: Localização do noroeste fluminense



II.1 – Caracterizações do Noroeste e sua Inserção na Economia Fluminense

II.1.1 – Breve contextualização da região

O noroeste fluminense foi criado em 1987, no Governo Moreira Franco tendo surgido da divisão da então região norte. O noroeste fluminense corresponde à parte oeste do antigo norte fluminense, tendo o norte sido limitado à sua antiga parte leste. Essa segmentação ocorreu por reivindicações políticas, as quais visavam, principalmente, sair da área fortemente influenciada pelo município de Campos dos Goytacazes, objeto de investimentos e atenção das esferas pública e privada. No Censo Demográfico do IBGE, de 1991, a região noroeste contava com nove municípios; atualmente são 13. Os quatro novos municípios foram criados a partir da emancipação de distritos de municípios já existentes.

A região Noroeste do Rio de Janeiro faz fronteira com o estado de Minas Gerais (Zona de Mata) e sul do Espírito Santo. No Rio de Janeiro, faz fronteira com as regiões Serrana, Centro-Sul e Norte Fluminense. Contém 13 municípios: Aperibé, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai. A área da região compreende aproximadamente 12% da área do estado, ocupando uma área de 5.373,545 km², e sua população representa 2% da população do Estado. Os municípios, em geral, são pouco extensos e possuem uma pequena população, apresentando baixa densidade demográfica 58,8 hab./km². A região é pouco industrializada sendo, historicamente, muito caracterizada pela prática da agricultura e agroindústria, principalmente café e pecuária leiteira.

Na nova regionalização do estado, proposta pela Fundação CIDE, Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, entidade integrante do governo do estado do Rio de Janeiro, vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, tendo como responsabilidade o provimento de dados e informações sobre a realidade do Estado, seja física, econômica, social, demográfica e ambiental, subsidiando o governo estadual na tomada de decisões relativas a investimentos e projetos públicos, o Noroeste Fluminense integra a região Agropecuária do Pombo, Muriaé e Itabapoana. Esta região agropecuária compreende todos os municípios do Noroeste e mais dois municípios do Norte, São Fidélis e Cardoso Moreira e apresenta características de estagnação³. Apenas Itaperuna foge um pouco à regra, tendo uma economia mais industrializada e uma maior população, em torno de 92 mil

³ Sobre a nova regionalização, o texto é baseado num artigo de Saraça, et all (2007)

habitantes, segundo a estimativa de 2005, o que a aproxima do enquadramento no rol das cidades médias, com mais de 100 mil habitantes, e a situa, nessa mesorregião, como centro regional. Já São José de Ubá tem a menor população, em torno de 6 mil habitantes, na estimativa de 2005..

Tabela 1: População e Área dos municípios do Noroeste Fluminense

	População (Ano 2000)	Área (km ²)
Aperibé	8.018	92,4
Bom Jesus do Itabapoana	33.655	599,4
Cambuci	14.670	561,6
Italva	12.621	294,8
Itaocara	23.003	428,7
Itaperuna	86.720	1109,5
Laje do Muriaé	7.909	251,6
Miracema	27.064	302,5
Natividade	15.125	390,6
Porciúncula	15.952	301,5
Santo Antônio de Pádua	38.692	610,7
São José de Ubá	6.413	251,6
Varre-Sai	7.854	190,7
Noroeste	297.696	5385,6
Estado do Rio de Janeiro	14.391.282	43.864

Fonte: Anuário Estatístico 2005 da Fundação CIDE

Segundo a Fundação CIDE, a agricultura e a pecuária constituem as principais atividades da maioria dos municípios da região do Noroeste, principalmente a pecuária leiteira. Há, entretanto, alguns municípios que buscam se destacar em outros setores econômicos, como Santo Antônio de Pádua, com o arranjo produtivo local (APL) de pedras decorativas e indústria de papéis; Aperibé com uma incipiente indústria de fundição e Bom Jesus de Itabapoana com um pequeno parque industrial. De maneira geral, porém, a região tem a agropecuária como principal atividade econômica e uma tentativa de desenvolvimento do APL de rochas ornamentais.

A região é afastada da metrópole fluminense, distando 270 km da capital, sendo Itaocara o município mais próximo, e Varre-Sai, o mais afastado (em torno de 400 km da cidade do Rio de Janeiro). Pela região não passa nenhuma rodovia de grande porte, como a Dutra, a BR-101 ou a Rio-Juiz de Fora. Desta forma, constata-se a baixa acessibilidade à região, fator importantíssimo para o escoamento da produção das indústrias já instaladas e para indústrias que cogitam a hipótese de lá se instalar.

Segundo os critérios do IQM⁴ (Índice de Qualidade dos Municípios), da Fundação CIDE, duas variáveis aferem o nível de acessibilidade de uma região; são eles: o IGE e CEN. O IGE (Infra-estrutura para Grandes Empreendimentos) leva em consideração na análise a existência de rodovias de pista dupla e/ou ferrovias perto do município, além de aeroportos. O CEN (Centralidade e Vantagens Locacionais), por sua vez, leva em consideração a facilidade de se chegar ao município por meio de transporte coletivo, o número de linhas intermunicipais, por exemplo. O desempenho dos municípios do Noroeste fluminense nesses dois fatores fica abaixo da média, o que indica, nesses moldes, baixa acessibilidade à região. No IGE, os índices de todos os municípios da região estão entre a metade pior do Estado, e no CEN, apenas um município não se encontra abaixo da mediana estadual, exatamente o município de Itaperuna. Esses dados permitem afirmar tratar-se de uma região geograficamente periférica, não fazendo parte das rotas principais do Estado.

Dado o relatado, conclui-se que a acessibilidade da região é um obstáculo à instalação de empresas de grande porte, sobretudo devido ao IGE, número-índice importante em decisões de investimento.

II.1.2 – A participação da região na economia do Estado do Rio de Janeiro

Apesar de ocupar territorialmente um percentual significativo do Estado, a região noroeste, em termos econômicos, apresenta uma participação relativa bastante baixa, de pequena relevância no contexto econômico do Estado: as atividades econômicas representam em torno de 1% do PIB, enquanto que seu território corresponde a, aproximadamente, 12% da área estadual. Além disso, o percentual de participação do Noroeste no PIB fluminense se reduziu no período de 1996 a 2004. Na tabela abaixo, observa-se a queda na participação de 0,89% em 96 para 0,71% em 2004.

Contrastando com a perda de participação da região, observa-se também, na Tabela 2, a participação relativa das outras regiões do interior aumentando na economia estadual. A Bacia de Campos, aqui destacada das demais regiões de governo, visivelmente, foi a que mais cresceu em participação, sobretudo, devido à crescente importância da extração do petróleo na economia fluminense nos anos de 1998 a 2008.

4 A tabela do IQM se encontra nos anexos

Tabela 2

		Participação no PIB do Estado do Rio de Janeiro por Regiões de Governo (a Bacia de Campos está separada das regiões de governo)								
		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Região Metropolitana		80,08%	79,20%	80,67%	77,09%	71,95%	71,30%	68,02%	65,05%	63,56%
Noroeste Fluminense		0,89%	0,99%	0,97%	0,90%	0,83%	0,73%	0,67%	0,78%	0,71%
Norte Fluminense		2,31%	2,52%	2,59%	2,42%	2,30%	2,54%	2,92%	3,09%	3,15%
Região Serrana		3,64%	3,40%	3,58%	3,21%	3,06%	2,81%	2,76%	2,91%	2,77%
Baixadas Litorâneas		1,92%	2,18%	2,09%	2,11%	1,88%	1,85%	1,91%	2,16%	2,11%
Médio Paraíba		5,96%	6,28%	6,03%	6,19%	6,06%	6,35%	6,31%	7,40%	8,00%
Centro-Sul Fluminense		0,91%	0,98%	0,94%	0,90%	0,81%	0,75%	0,74%	0,84%	0,79%
Região da Costa Verde		1,24%	1,49%	1,41%	1,34%	1,16%	1,36%	1,56%	1,32%	1,40%
Bacia de Campos		3,04%	2,96%	1,71%	5,83%	11,94%	12,32%	15,11%	16,44%	17,52%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com dados da Fundação CIDE

Em meados dos anos 90, a economia fluminense muda de rumo. Até então, havia uma economia em crise, e a partir daí, o Estado retoma o crescimento, alavancado, principalmente, pela Bacia de Campos e pela região do Médio Paraíba. Essa inflexão positiva se caracterizou pelo aumento da participação das regiões do interior e, conseqüentemente, a perda de importância da região metropolitana. Isso é facilmente observável nos números trazidos pela Tabela 2. A participação da região metropolitana decresce, de 80,08%, em 1996 para 63,56% em 2004. Essa perda, de qualquer maneira, é relativa, pois a metrópole continua ser a principal região do Estado. Outra característica dessa inflexão positiva foi o crescimento do interior em apenas algumas áreas, como também visto na Tabela 2. Algumas regiões do interior fluminense não acompanharam a retomada do crescimento do Estado do Rio de Janeiro. O Norte Fluminense, o mais afetado pela intensificação da atividade petrolífera, mesmo estando, nesse estudo, dissociado da Bacia de Campos, cresceu de participação. A Baixadas Litorâneas e a região da Costa Verde também aumentaram sua participação. O Médio Paraíba manteve, nesse período, a tendência ao crescimento, destacando-se como o outro pólo econômico do interior do Estado.

O importante dessa análise é, exatamente, apontar o não crescimento de algumas regiões do Estado que não se beneficiam da tendência ao desenvolvimento do interior. Observando novamente a tabela 2, percebe-se ligeira queda de participação no PIB das economias do centro-sul e noroeste. Também a região Serrana enfrenta uma tendência à queda relativa. Essas regiões não mantêm em sua economia laços com o setor petrolífero, nem com a produção do mineral fóssil, nem com sua rota de distribuição e comercialização, estando, portanto, excluídas de todo o processo de desenvolvimento que essa atividade traz para o Estado, ou seja, essas áreas do interior fluminense, não se beneficiam dos

encadeamentos de produção, dos royalties e, conseqüentemente, da geração de renda criada. O que ocorre com o Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas, principalmente com o Norte Fluminense, é exatamente o oposto. Tais regiões do interior beneficiam-se diretamente da produção petrolífera. Dessa forma, diante do desenvolvimento de parte do interior fluminense, as regiões Centro-Sul e Noroeste distanciaram-se ainda mais do nível de crescimento experimentado pelo Estado⁵. O panorama econômico fluminense apresenta, portanto, uma visível tendência ao desenvolvimento desigual de seu interior.

A pequena importância econômica do noroeste fluminense é bem ilustrada quando se analisa conjuntamente os dados relativos à participação no PIB estadual e a área ocupada pela região: apesar de dispor de 12,27% do território fluminense, a riqueza produzida pelo Noroeste não chega a 1% do PIB fluminense. Acrescente-se a isso, a pequena expressão política da região, decorrente de uma população que, conforme censo demográfico de 2000 representava apenas 2,06% da população do Rio de Janeiro. Uma área considerável, com uma economia e população pouquíssimo significativas para o Estado.

Se for traçada uma série histórica do contingente populacional da região, será percebido apenas um discreto crescimento populacional: aproximadamente 21%⁶ em 30 anos. Crescimento esse, relativamente, pequeno em relação ao Estado e às outras regiões do Rio de Janeiro: a população do Rio de Janeiro cresceu 60% nesse período, por exemplo, e a região da Costa Verde, 161%. A região Noroeste foi a que obteve o menor crescimento entre as regiões, sendo seguida pela região centro-sul Fluminense, com 41% no mesmo período. Em termos absolutos, também, o Noroeste continua obtendo o pior crescimento populacional entre as regiões do Estado: um aumento de 51.951 residentes. A seguir, vem o centro-sul, com um aumento de 76.822 residentes no período de 1970 a 2000. As outras regiões do Estado tiveram um crescimento populacional acima de 100 mil habitantes. O baixo crescimento da população residente é característico de uma estagnação populacional e importante indício de insuficiente crescimento econômico, pois significa pouco poder de atração de mão-de-obra e tendência à migração da população local, isto são fatores que caracterizam o esvaziamento populacional, que contribui para a ideia de região periférica.

A evolução da participação da região noroeste no PIB do Estado também aponta para uma estagnação econômica da região. A série histórica da Tabela 3 indica a participação relativa das regiões do Estado de 1970 a 1985. Sua análise permite aferir que, historicamente,

⁵ Esse tema será mais bem retratado no princípio do capítulo terceiro

⁶ Esses dados estão nos anexos

a região já apresentava a pior participação relativa e que, mais recentemente, não acompanhou a taxa de crescimento experimentado pelas outras regiões. Faz-se importante esclarecer que, nesta tabela, as regiões do Médio Paraíba e Costa Verde estão incluídas na região Sul Fluminense, e a região Serrana e Centro-Sul estão compreendidas pela região Centro Fluminense. Trata-se de segmentações regionais adotadas pelo IBGE⁷.

Tabela 3

Região	% do PIB estadual (R\$ de 2000)			
	1970	1975	1980	1985
Baixadas	0,81%	0,69%	0,88%	1,04%
Centro Fluminense	1,38%	1,69%	1,82%	1,92%
Metropolitana	89,91%	88,80%	88,22%	85,62%
Noroeste	0,65%	0,78%	0,62%	0,73%
Norte	1,95%	2,06%	2,04%	2,42%
Sul Fluminense	5,30%	5,99%	6,42%	8,27%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com dados do IBGE

Mesmo com diferentes agrupamentos regionais, o cotejo das duas tabelas permite ratificar o baixo crescimento crônico do Noroeste Fluminense, apesar da clara tendência de crescimento das regiões interioranas do Estado: enquanto as demais regiões apresentam índices de crescimento na participação do PIB estadual de 0,2% como as Baixadas Litorâneas, a 3%, como o Sul Fluminense, o Noroeste teve um aumento de participação na economia fluminense de apenas 0,08% em 20 anos, ou seja, cresceu em participação menos que a metade do pífio crescimento de participação na economia estadual das Baixadas Litorâneas, neste período. Essa constatação serve para caracterizar o Noroeste como uma região peculiar e cronicamente atrasada do Estado. Assim, para melhor análise das questões levantadas, será feita a seguir uma análise sobre a composição do PIB da região para destacar a inserção marginalizada da região na economia.

II.2 – Economia do Noroeste Fluminense e sua Atratividade

II.2.1 – Composição do PIB do Noroeste Fluminense e sua evolução

Na composição do PIB⁸ da região, dois aspectos merecem destaque. O primeiro diz respeito à agropecuária, principal atividade econômica da região: apesar de apresentar

⁷ Apesar de haver diferenças de metodologia da formatação do PIB nas tabela 2 e 3, o interessante é constatar que quanto em um quanto no outro mostram o mesmo problema: a região noroeste não acompanha o desenvolvimento das outras regiões.

⁸ Essa tabela se encontra presente nos anexos deste trabalho.

crescimento e representar 7,27% do PIB da região e 13,73% desse setor no estado, essa atividade não apresenta expressividade no PIB fluminense, correspondendo a apenas 0,05% do PIB estadual. O outro aspecto é a participação dos setores Administração Pública e Aluguéis: juntos representam 44,36% da renda da região. Como são setores que não geram encadeamentos produtivos, ou seja, não apresentam fatores de aglomeração que possam funcionar como impulsionadores do desenvolvimento econômico, a alta taxa de participação dos mesmos na composição do PIB regional indica baixo potencial de crescimento econômico.

A observação dos dados econômicos relativos à evolução da região revela crescimento em alguns setores. Entre eles, figura o setor de infraestrutura de utilidade pública. Esse setor apresentou um aumento de 3,56% da participação na economia do Noroeste de 1996 a 2005. O crescimento do setor da indústria de papel e celulose também merece destaque, pois, segundo números oficiais de 2005, levou o Noroeste a ocupar a terceira posição como maior produtor do estado, embora com pequena participação no PIB regional e estadual. Outro setor que se destaca, na análise de séries estatísticas históricas, é o crescimento da atividade de arranjo produtivo local (APL) de rochas ornamentais de Santo Antônio de Pádua. Apesar de apresentarem avanço, essas duas últimas atividades mencionadas não se têm mostrado capazes de engendrar desenvolvimento e industrialização.

Por outro lado, a região noroeste do Rio de Janeiro, no período de 1996 a 2005, apresentou os seguintes percentuais negativos: queda na participação do setor de extração de minerais (exceto petróleo): queda de 4,88% da produção setorial da região no estado e uma ligeira queda de 0,70% desse setor na região. Significativa queda do setor de produtos alimentares que perdeu 6,06% da participação no PIB regional e 2,29% da produção setorial do estado. A construção civil também se mostrou recessiva: o setor que respondia por 12,96% do PIB regional, em 1996, passou a responder por apenas 8,64% em 2005. O principal ponto a ser destacado é a retrocessão das atividades industriais, especialmente da indústria de laticínios, indústria essa que já se constituiu em um pólo industrial da região, mas que vem perdendo capacidade competitiva e, conseqüentemente, participação na produção de riqueza da região e do Estado. O único setor industrial que obteve crescimento foi a indústria de papel e celulose.

Assim, a realidade econômica da região é um baixo padrão industrial, com pouca participação desses setores industriais tanto setorialmente quanto no âmbito estadual, configurando-se, cada vez mais, como uma economia de caráter eminentemente agrícola e

necessitando da Administração Pública para o dinamismo de sua economia. Ao lado da agropecuária, principal atividade econômica da região, mas de pouco poder sobre o PIB da região, o setor da Administração Pública é uma importante fonte de renda da região: apresentou um aumento de 15,56% da participação no PIB da região, estando agora equiparado, em termos percentuais, à renda obtida pelo fator de produção Aluguéis, que, por sua vez, apresentou uma queda de 9,93% de participação no PIB do Noroeste.

O Noroeste Fluminense apresenta, pois, pouco poder econômico no contexto estadual, com a maioria dos municípios dotados de pequenas e inexpressivas economias. Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana e Santo Antônio de Pádua são as maiores economias; contudo, são menores, por exemplo, que Araruama, Cabo Frio e Itatiaia. A título de ilustração, cita-se a seguinte comparação: a região Noroeste produz um PIB menor que o do município de Macaé e de Campos dos Goytacazes.

A região não encontra com sua atual estrutura econômica, poder de desenvolvimento e nem maneira de inserção de forma diferenciada na economia do Estado. A agropecuária continua a se revelar sua principal forma de inserção na economia, tendo se constituído, inclusive, como critério da nova regionalização do Estado, apesar das tentativas de se estabelecerem outras atividades econômicas com vistas a se integrar economicamente de forma mais consistente, como ocorre com a APL de pedras decorativas, um dos pontos fortes da região. Portanto, as chances de intensificação da industrialização na região são pequenas, e grandes as possibilidades de maiores perdas no reduzido setor industrial existente.

II.2.2 – Análise do IQM do noroeste fluminense e sua evolução

Um índice, produzido pela Fundação CIDE, que busca avaliar o poder de desenvolvimento econômico dos municípios é o Índice de Qualidade Municipal⁹ (IQM). Esse índice tenta observar o potencial de desenvolvimento que os municípios possuem, suas respectivas atratividades em relação aos outros municípios. Esse índice é composto de sete partes, que correspondem a critérios de avaliação, cada um com um determinado peso para formar o índice geral: Centralidade e Vantagem Locacional (CEN); Qualificação da Mão-de-obra (QMA); Riqueza e Potencial de Consumo (RIQ); Facilidades para Negócios (FAC); Infra-estrutura para Grandes Empreendimentos (IGE); Dinamismo (DIN); e Cidadania (CID). Até o presente momento, a Fundação apresentou os resultados da aplicação do IQM para dois períodos apenas: 1998 e 2005. Com base nessas análises, observa-se que a evolução dos

⁹ Dados do IQM constam nos anexos

municípios da região ora estudada apresenta uma considerável queda no IQM, se comparado o desempenho relativo dos períodos. No ranking geral produzido, apenas um município da região subiu de posição, o município de Itaperuna. Dois municípios continuaram no mesmo patamar, e os outros caíram de posição, ressaltando que seis municípios obtiveram perdas de mais de 15 posições. Por exemplo, o município de Santo Antônio de Pádua era considerado no IQM de 1998 um dos dez municípios com maior potencialidade de desenvolvimento, mas passou em 2005 a ocupar a 36ª posição.

De todas as variáveis analisadas pelo IQM, a que apresentou a melhor evolução relativa nos municípios do Noroeste de 1998 para 2005 foi a Centralidade e Vantagem Locacional (CEN), já que três municípios galgaram mais de 15 posições e cinco obtiveram avanço, embora menor. Por outro lado, o aspecto em que o Noroeste mais perdeu posição foi o Infraestrutura para Grandes Empreendimentos (IGE), o qual evidenciou perdas de posição em 11 municípios, com quatro deles com perdas maiores de 15 posições.

A análise do IQM nos dois períodos retrata a perda relativa da potencialidade da região, e conseqüente queda da capacidade atrativa encontrada na década de 90. A título de exemplo, observa-se a queda do município de Santo Antônio de Pádua que figurava, no primeiro IQM divulgado, entre os dez melhores municípios para se investir, pelo seu potencial de desenvolvimento, o que parece ter sido uma avaliação errônea, já que no segundo IQM, menos de 10 anos depois, não aparece nem entre os 30 melhores. Essa descrença no potencial do Noroeste tem conseqüências para o seu futuro crescimento, pois para o IQM, de 1998 para 2005, o Noroeste perdeu atratividade, e a dinâmica do mercado estadual passou, de certa forma, a excluir a região, o que comprometeu a sua inserção econômica no Estado.

Todos esses dados demonstram o quanto a região Noroeste do estado do Rio de Janeiro apresenta uma situação periférica em relação às outras regiões: sua posição geográfica não favorece a interação com a região metropolitana, principal mercado fluminense; a população encontra-se estagnada, apresentando discretos índices de crescimento e tendência ao esvaziamento; a evolução econômica de 1996 a 2004 indica claramente perda de participação na economia estadual; as principais fontes de renda, quase metade do total, são os setores Administração Pública e Aluguéis; a economia é pouco industrializada e seus setores com potencial de crescimento (o caso da agropecuária, indústria de papel e celulose e o APL de rochas ornamentais de Santo Antônio de Pádua) não se destacam no contexto econômico estadual atual e representam baixo percentual do PIB da própria região, além de serem setores com baixas probabilidades de gerar economias de aglomeração; apresenta

vários municípios com pequeno PIB e baixa atratividade e potencial de desenvolvimento, segundo o IQM. Em suma, trata-se de uma região periférica cujo perfil e perspectivas econômicas aqui delineadas associados aos constrangimentos naturais (do ponto de vista conceitual) gerados por outros centros são fatores que tendem a aumentar ainda mais a defasagem econômica que o noroeste apresenta em relação às demais áreas interioranas do Estado.

II.3 – O desenvolvimento social do Noroeste Fluminense

Vistos os indicadores econômicos da região, tratar-se-á de verificar se essa relação econômica afeta o desenvolvimento humano da região. A região apresenta baixo crescimento, mas seu desenvolvimento social é tão atrasado quanto seu crescimento? A resposta é sim. A região apresenta um dos piores indicadores sociais do Estado.

Para analisar esse aspecto do desenvolvimento da região, que diz respeito, basicamente, à qualidade de vida de sua população, serão analisadas informações sócio-econômicas como IDH, de modo a traçar a evolução do desenvolvimento da região sob o ponto de vista social e verificar o reflexo do desempenho econômico no bem-estar dos habitantes.

Um dos indicadores mais expressivos para a análise social é o PIB per capita. Apesar de os valores expressos por esse indicador não retratar a desigualdade na distribuição de renda da região, presta-se a indicar se a economia produzida na região é satisfatória, relativamente, para seus habitantes. Ao comparar o PIB per capita (2003) dos municípios do interior do Estado, excluindo-se a região metropolitana, verifica-se que a maioria dos municípios do noroeste fluminense encontra-se na faixa formada pela metade do Estado que apresenta o pior desempenho. Considerando o total de 75 municípios do interior fluminense, apenas dois municípios do noroeste se encontram entre os melhores nesse indicador: Itaperuna, com o PIB per capita mensal de R\$503,69 na 32ª posição e Cambuci com o PIB per capita mensal de R\$606,85 na 23ª posição. O restante se encontra a partir da 40ª posição. Figurando Miracema na penúltima posição, 74ª posição, com um PIB per capita mensal de R\$272,80.

Segundo dados do PIB per capita, consolidado por regiões de governo, da Fundação CIDE em 2003, o Noroeste Fluminense apresenta o pior índice, R\$406,24 por mês, enquanto que a Baixada Litorânea, a segunda pior neste ranking, apresenta o valor de R\$484,76 por mês neste indicador. Vide a tabela abaixo.

Tabela 4

PIB per capita por mês (1,00R\$) de 2003	
Baixadas Litorâneas	484,76
Centro-Sul Fluminense	517,69
Costa Verde	939,04
Médio Paraíba	1.517,47
Metropolitana	1.094,59
Noroeste Fluminense	406,24
Norte Fluminense	828,24
Serrana	621,13

Fonte: Fundação CIDE

Considerando os dados sobre a educação da região, o município que apresentou a menor taxa de analfabetismo em 2000 foi o município de Itaperuna com 13,43% da população analfabeta. Comparando com a taxa média de analfabetismo do Estado do Rio de Janeiro, que apresentou, nesse ano, 9,27% de analfabetos, o resultado foi aparentemente ruim, no entanto, a região apresenta taxas de analfabetismo bastante parecidas com a maioria dos municípios do interior, excetuando-se, nesse contexto, a região do Médio - Paraíba que apresenta as melhores taxas, equivalente à região metropolitana. A diferença entre os municípios do interior com altos índices de analfabetismo é o município das regiões de melhor marca. O Norte, por exemplo, apresenta como melhor marca a do município de Macaé, 10,91%, entretanto, registra 25,70% de analfabetos em São Francisco de Itabapoana, a pior marca do Estado. De qualquer forma, enquanto cada região tem como seu município mais bem-sucedido em Educação uma taxa de analfabetismo em torno de 10%, o Noroeste tem como sua melhor marca a de 13,43%.

Considerando outro índice de educação, os anos de escolaridade média, apuram-se os seguintes melhores índices para a região: Miracema com 6,1, seguido de Itaperuna, Bom Jesus de Itabapoana e Natividade com 5,9 anos de estudos, distante do desejável socialmente, 10 anos ou mais de escolaridade. O Noroeste apresenta a pior média de todas as regiões de governo do estado, neste critério, 5,6 anos de estudo médio, sendo a Baixada Litorânea a segunda pior, com 5,8, seguida pelo Centro-Sul, Costa Verde e Norte Fluminense, todas com 5,9 anos de estudo médio¹⁰.

Esse panorama educacional do interior do Estado do Rio de Janeiro mostra que a posição da região Noroeste situa-se aquém dos índices alcançados pelas demais regiões, sem que haja município que se destaque dos demais. Apesar de Itaperuna apresentar, na maioria

¹⁰ Tabelas de Taxa de analfabetismo e de escolaridade média estão no anexo deste trabalho

das vezes, os melhores índices da região, a diferença não coloca esse município em destaque a nível estadual, apresentando apenas um desempenho mediano no Estado, enquanto, nas outras regiões interioranas, há sempre municípios que se sobressaem em termos de performance educacional: no Norte, Macaé; na Serrana, Petrópolis e Nova Friburgo, no Médio Paraíba, Volta Redonda e Resende; na Baixada Litorânea, Cabo Frio, na Costa Verde, Angra dos Reis. Já a região do Centro-Sul apresenta o mesmo perfil no contexto educacional que o Noroeste, embora ostente índices, quase sempre, melhores que o Noroeste.

Em contrapartida, considerando os índices relacionados à saúde, o Noroeste Fluminense apresenta números mais positivos que a maioria das regiões: o número de leitos por 1000 habitantes, no Noroeste, apresenta a melhor marca do estado: 7,45, em contraposição à média estadual que fica em torno de 2,92. Em número de hospitais, o Noroeste dispõe 23 unidades hospitalares, acima de regiões como o Norte, Costa Verde, Baixadas Litorâneas e Centro-Sul, com 17, 7, 17 e 12 número de hospitais, respectivamente. A taxa de mortalidade da região Noroeste (a cada 100 internações) é de 3,47, a segunda melhor do Estado, abaixo apenas da região da Costa Verde com 3,20. Dessa forma, em termos de saúde por esses índices relevantes, a região está entre as melhores do estado. Um alento para os habitantes, considerando os pífios resultados obtidos nos índices de educação e IQM .

Tabela 5			
Índices de Saúde de 2003			
Regiões	Leitos (por 1000hab)	Nº de hospitais credenciados	Taxa de Mortalidade (por 100 internações)
Baixas Litorâneas	2,55	17	3,63
Centro-Sul Fluminense	5,17	12	4,24
Costa Verde	1,66	7	3,20
Médio Paraíba	2,83	25	4,38
Metropolitana	2,70	189	4,98
Noroeste Fluminense	7,45	23	3,47
Norte Fluminense	3,29	17	3,94
Serrana	5,25	27	5,39
Estado	2,92		4,72

Fonte: Fundação CIDE

Analisando-se o Índice de Desenvolvimento Humano¹¹ (IDH) de 1991, criado pela ONU, apenas um dos municípios do Noroeste obteve colocação entre os 30 primeiros do Estado do Rio de Janeiro, ou seja, apenas um município ficou na primeira terça parte do rol de municípios do Estado: o município de Itaperuna. Os demais se posicionaram entre os dois terços de pior desempenho. Adotada a seguinte segmentação na classificação do ranking do IDH de 1991: A para os 30 primeiros municípios do Rio de Janeiro; B, do 31º ao 60º; C, do 61º ao 92º, obter-se-iam, em relação aos municípios do Noroeste, os seguintes enquadramentos naquela época: um município no grupo A, três municípios em B e nove municípios em C. Utilizando-se do mesmo agrupamento, para o IDH medido em 2000, a distribuição teria a seguinte configuração: a permanência de um município em A, quatro municípios em B e oito municípios em C. Apesar da ligeira melhora, considerando-se o tempo transcorrido entre as medições, pode-se dizer que a variação no índice de desenvolvimento humano foi desprezível, corroborando a ideia de estagnação já discutida anteriormente.

Se for aprofundada a análise do IDH, estudando as variáveis que compõem o índice, observar-se-á que, em algumas variáveis, certos municípios melhoram, mas a maioria perde colocação em relação aos outros municípios do Rio de Janeiro. Nenhum dos municípios do noroeste apresenta melhores números em todos os aspectos avaliados. Na variável esperança de vida, por exemplo, seis municípios experimentam valores que expressam uma maior expectativa de vida para seus habitantes, inclusive na posição relativa frente às populações de outros municípios do Estado; na variável taxa de alfabetização dos adultos, apenas três evoluem relativamente; na variável taxa bruta de frequência escolar, cinco melhoram de posição, e na variável renda per capita, há aumento em cinco municípios também. Apesar dessa aparente melhora, as colocações consolidadas do IDH, como exposto no parágrafo anterior, permanece desfavorável, com a maioria dos municípios do Noroeste entre os 30 piores colocados no IDH medido no Estado do Rio de Janeiro em 2000, aproximadamente 51% das posições. De todas as variáveis observadas a que merece mais atenção por representar um dado social muito negativo é a taxa de alfabetização de adultos, com 12 dos municípios do Noroeste acima da 60ª posição.

Em resumo, de uma maneira geral, os índices sociais do Noroeste Fluminense estão abaixo da média, o que indica ser a região uma das menos desenvolvidas socialmente do Estado, ressalvando-se os números obtidos nas medidas relacionadas à área da saúde. Outra

¹¹ Os dados do IDH-M constam no anexo deste trabalho

característica que mostra a fragilidade da região é o fato de não conter nenhum município um pouco mais forte economicamente, considerando que o município mais desenvolvido da região figura apenas na média do Estado. O fraco desempenho no IQM, aliado ao perfil econômico do noroeste são fatores importantes para explicar a baixa atratividade da região. A trajetória histórica revela um traçado pouco desenvolvimentista, tendo importância para a região setores pouco geradores de crescimento. A queda das atividades da já incipiente indústria local é um indício da decadência da economia: a região que já apresentou uma indústria de laticínios mais forte perde cada vez mais competitividade no setor, não tendo conseguido consolidar sua industrialização. O noroeste é uma região que apresenta pouca expressiva participação no PIB estadual, mantendo-se nesse nível de participação há mais de 30 anos, sem perspectiva de mudança a médio e curto prazos.. Em suma, trata-se de uma região periférica do Estado do Rio de Janeiro que se defronta com sérios óbices ao seu desenvolvimento, mesmo encontrando-se na região mais desenvolvida do país, o sudeste brasileiro

CAPÍTULO III – Estudos e Políticas de Desenvolvimento para a Região Noroeste Fluminense

Neste capítulo, analisa-se a problemática do desenvolvimento da região noroeste, a partir de duas fontes básicas: os estudos e pesquisas acadêmicas e as políticas públicas desenvolvidas pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, visando a aferir em que medida essas fontes dialogam com as teorias do desenvolvimento regional e suas propostas para o desenvolvimento de regiões periféricas apresentadas no primeiro capítulo.

Para tal, propõe-se, inicialmente, uma discussão sobre a inflexão positiva ocorrida no Estado do Rio de Janeiro, a partir de meados dos anos 90, gerando crescimento e uma nova dinâmica econômica estadual. Essa discussão é importante para os fins desse estudo, por se tratar de um novo contexto de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e pelo fato de o Noroeste não estar inserido nesse contexto. Depois, trata-se de explicitar os estudos e suas perspectivas e projetos para a região e, por fim, reflete-se sobre as políticas públicas adotadas para o desenvolvimento do Noroeste Fluminense, tendo sempre como base os teóricos do desenvolvimento regional.

III.1 – A região noroeste no contexto da evolução recente da economia fluminense

A retomada do crescimento do Estado, a partir da inflexão positiva em meados dos anos 90 (Natal 2005), foi baseada, sobretudo, no setor petrolífero da região norte fluminense, no interior do Estado. Esse setor funcionou como carro-chefe do crescimento econômico, atraindo interesses para a Bacia de Campos e as cidades de que ela faz parte e para o interior fluminense. Assim, a partir da metade dos anos 90, a região metropolitana assiste à perda de poder relativo na economia estadual, com o forte crescimento de uma parte do interior fluminense, apoiado por duas novas áreas industriais: a petrolífera no Norte fluminense e o setor automobilístico no médio paraíba.

No início dos anos 80, a região metropolitana detinha, aproximadamente, 88% da economia fluminense. No entanto, em 1996, essa participação já havia caído para 80%. Tal queda na participação da grande metrópole se acentuou, progressivamente, devido ao crescimento da extração de petróleo na Bacia de Campos. Em 2000, a região metropolitana

representava 72% da economia fluminense contra 12% da Bacia de Campos e, em 2004, o percentual de participação declinou para 63,5%, em contraposição aos 17,5% de participação da área fluminense voltada à produção petrolífera. Paralelamente, observou-se o crescimento da economia do Rio de Janeiro: de 2000 a 2003, sua taxa de variação real foi de 8,51%. O conjunto desses dados demonstra que a retomada de crescimento experimentada pelo Estado, a partir de meados dos anos 90, foi alavancada, sobretudo, pelo crescimento de certas regiões do interior fluminense. A Bacia de Campos, por exemplo, que era responsável, em 1996, por 3% da produção estadual, em 2004, já respondia por 17,5%.¹² Esses dados apontam para a perda relativa de importância da região metropolitana e para a desconcentração da atividade econômica estadual, antes centrada fortemente em sua região metropolitana.

Esse processo de desconcentração da economia do Estado, entretanto, só atingiu as regiões do norte fluminense, médio paraíba, costa verde e baixadas litorâneas, regiões que vem elevando seu poder de participação relativa no novo contexto econômico do Estado do Rio de Janeiro. Regiões como o Noroeste Fluminense, a Serrana e o Centro-Sul não compartilham desse crescimento relativo, estando à margem desse processo de desenvolvimento, como demonstrado no capítulo anterior. Assim, como a interiorização das atividades econômicas do Estado é caracterizada por compreender apenas uma parte do interior fluminense, pode-se considerar a dinâmica descrita uma interiorização seletiva das atividades econômicas no Estado.

Segundo Oliveira, as mudanças ocorridas na dinâmica econômica fluminense proporcionaram, após inflexão positiva, uma maior integração do espaço territorial estadual, entre os seguintes pólos de aglomeração: Macaé, devido ao setor petrolífero, Resende e Porto Real, em função da indústria automobilística e a região metropolitana, em virtude da expansão siderúrgica e revitalização logística. Assim, em direção ao litoral norte do Estado, existe todo um eixo industrial com o referencial da indústria do petróleo. Na direção oposta, sentido São Paulo, encontra-se as atividades econômicas relacionadas à siderurgia e à indústria automobilística, especialmente na região do Médio Paraíba. Em posição mediana, há o grande centro, com o setor logístico e expansão siderúrgica. Existe, ainda, uma expansão logística em curso, para alimentar ainda mais a integração, via Porto de Itaguaí, arco rodoviário e duplicação da BR-101.

¹² Dados retirados do Anuário Estatístico do Rio de Janeiro de 2005, elaborado pela Fundação CIDE.

Essa maior integração acarretou uma maior possibilidade de desenvolvimento para municípios que estão nesses eixos industriais. Municípios como Rio das Ostras e Casimiro de Abreu são influenciados pelas demandas vindas do centro industrial petrolífero, como habitação e serviços. As baixadas litorâneas também se beneficiam dessa nova dinâmica do Estado, alcançando uma nova inserção na economia e novas perspectivas de crescimento. Da mesma forma, também a região da costa verde e a baixada fluminense, na região metropolitana, beneficiam-se dos influxos econômicos do desenvolvimento do médio paraíba. A seletividade da interiorização econômica coincide, portanto, com as regiões compreendidas nessas duas rotas de negócios: região metropolitana-bacia de campos e região metropolitana-médio paraíba. Desta forma, regiões como o noroeste fluminense não se beneficiam com essa maior integração e continuam à margem do crescimento do Estado, o que promove o aumento das desigualdades entre as regiões do interior

Os impulsionadores da festejada retomada do crescimento de Estado do Rio de Janeiro, então, foram, basicamente, as regiões do médio paraíba e, principalmente, o norte fluminense. As regiões interioranas que obtiveram crescimento, como as baixadas litorâneas e a costa verde, alterando sua inserção na economia estadual, fizeram-no ancoradas no crescimento desses dois importantes pólos do interior fluminense. A própria região metropolitana também se beneficia da retomada do crescimento, embora tenha reduzido sua participação percentual na produção total do Estado.

O traçado do novo dinamismo econômico do Estado não alterou a trajetória de baixo crescimento ou estagnação econômica experimentada por várias regiões do interior, podendo, até mesmo, ter contribuído para o agravamento da situação, já que houve um aumento das desigualdades econômicas entre as regiões do interior. Entre essas regiões, o noroeste fluminense se destaca por apresenta os piores indicadores sócio-econômicos do Estado. Considerando essa crescente desigualdade e a defasagem cada vez maior que se estabelece entre essa região, as demais regiões e os índices econômicos do Estado, faz-se necessário ações e políticas específicas urgentes para a região.

III.2 – Estudos recentes e perspectivas para a economia do Noroeste Fluminense

Nesta parte do trabalho, trata-se dos estudos e pesquisas acadêmicas voltados para o crescimento e desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e do Noroeste Fluminense. Os artigos utilizados são “A propósito de uma nova regionalização para o Estado do Rio de Janeiro” (Saraça 2007), “Agroindústria no Estado do Rio de Janeiro – Potencial Inexplorado” (Brandão 2004), “Norte e Noroeste fluminense: grandes intervenções, fortes impactos” (Cruz 2008), “Diretrizes para o Desenvolvimento da Região Noroeste Fluminense” (SEPDET e IE/UFRJ 2002), “O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Porciúncula (RJ) e as Contribuições do Enfoque da Multifuncionalidade da Agricultura” (Da Costa 2005) e “Integração de Ações para a Dinamização do Arranjo Produtivo do Setor de Rochas Ornamentais de Santo Antônio de Pádua – RJ” (Regazzi 2004). Para tal, inicialmente, parte-se de uma análise geral dos estudos verificados, com vistas a destacar os principais aspectos que interessam para os fins desse estudo. Em seguida, apresenta-se uma síntese de cada estudo e, por fim, as análises desses estudos e pesquisas voltados ao desenvolvimento regional só serão vistas na parte quatro do capítulo terceiro, quando já tiverem sido verificadas as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento.

Tanto o segundo capítulo, como a parte inicial deste capítulo buscam evidenciar a situação de fragilidade da região noroeste do Estado, com seus fracos indicadores sócios econômicos e baixa taxa de crescimento econômico. O noroeste fluminense apresenta uma evolução de perda de participação relativa na economia do Estado, um quadro que não apresentou perspectivas de melhora, mesmo após a retomada de crescimento do Estado. O aumento da defasagem entre a economia e a renda da região e a renda média estadual e, mais recentemente, entre a economia e a renda da região e a evolução média de outras regiões do interior fluminense, delinea uma trajetória preocupante, cuja reversão requer políticas e ações especial e cuidadosamente planejadas para este propósito.

A despeito disso, os poucos estudos publicados sobre a região noroeste não se detêm na análise das condições reais da evolução econômica da região. Não comportam, assim, um diagnóstico do baixo crescimento e dos frágeis indicadores sociais expostos anteriormente. Não consideram o noroeste fluminense uma região periférica, estruturalmente marginalizada do Estado, ou mesmo uma região com trajetória diferenciada das demais do interior

fluminense. Em outras palavras, esses estudos não caracterizam a região como periférica e não desenvolvem um diagnóstico das causas do baixo desenvolvimento regional.

O foco encontrado, nesses estudos, é a dinamização da economia, principalmente a partir do fortalecimento e expansão das suas atividades peculiares, suas principais vocações e potencialidades. Tratando-se de uma região pouco industrializada, os estudos se voltam para o desenvolvimento de atividades de exploração dos recursos naturais, como agricultura, agroindústria e extração mineral. Assim, acredita-se que o desenvolvimento dessas atividades primárias possa dinamizar a economia regional e elevar sua taxa de crescimento. A promoção dessas atividades não discutem o impacto de sua dinamização, estabelecendo que essa promoção já seria um política que leva ao desenvolvimento regional, que, como exaustivamente discutido através das formulações teóricas expostas no primeiro capítulo, depende, fundamentalmente, da implantação de processos industriais. Autores como North (in Schwartzman 1977) defendem a ideia de que uma região pode se desenvolver sem se transformar numa região industrializada. Nesses casos, entretanto, as atividades exportadoras necessitam ser muito dinâmicas e manter sua competitividade no tempo, na medida em que a renda por elas gerada deve gerar a diversificação das atividades econômicas regionais. Em suma, esses estudos não colocam em seu horizonte uma proposta de mudança da forma de inserção da região noroeste na economia do Estado.

O artigo “A propósito de uma nova regionalização para o Estado do Rio de Janeiro” (Saraça 2007), por exemplo, apresenta como contexto a retomada do crescimento do Estado do Rio de Janeiro e como proposta discutir sobre um novo recorte regional que represente com maior fidelidade a realidade do território fluminense, por considerar que o atual recorte é essencialmente geográfico e não reflete a divisão regional das atividades econômicas.

Não se trata, pois, de um estudo voltado para o desenvolvimento regional ou para o crescimento do Estado. Nele, os autores buscam delimitar as regiões, de modo a revelar a identidade vocacional própria de cada uma, recortando as regiões de acordo com seu potencial econômico. Para isso, eles classificaram as regiões em três grandes grupos: regiões industriais, incluindo as indústrias extrativas, turísticas e agrícolas. Nesta proposta classificatória, a região noroeste (com a inclusão de mais dois municípios do Norte Fluminense) figura entre as regiões com perfil agrícola: a denominada região agropecuária do Pomba, Muriaé e Itabapoana.

É interessante notar que essa classificação reflete, sobretudo, a tradição econômica local e a preponderância da atividade agrícola para a população economicamente ativa da região. Não reflete, entretanto, a dinâmica econômica regional. A agropecuária do Noroeste apresenta hoje pequena participação na produção desse setor no Estado e reduzida fatia do PIB regional. Não se trata, pois, de um talento natural para a agropecuária, antes significa o fracasso da região, que não conseguiu se industrializar e que, ainda, permanece atrelada a uma atividade agropecuária pouco expressiva para o contexto econômico estadual, por razões de cunho sócio-cultural.

Em “Agroindústria no Estado do Rio de Janeiro – Potencial Inexplorado¹³” (Brandão 2004), destaca-se o grande dinamismo que a agroindústria obteve, no país, nos últimos anos, como fundamento para mostrar o Rio de Janeiro como um estado com grande potencial inexplorado para essa atividade. Trata-se, portanto, de uma linha de pensamento semelhante à exposta no artigo citado anteriormente.

Para sustentar a tese, o artigo aponta como importante o apoio do setor primário para impulsionar o desenvolvimento e diversificar o parque industrial do Rio de Janeiro. Atividades como o cultivo de grãos, cana de açúcar, fruticultura e floricultura são mencionadas por demonstrarem um grande dinamismo e potencial no Brasil. A fruticultura é citada como iniciativa de sucesso na região norte e noroeste do Estado; como um tipo de projeto eficiente para a geração de emprego e renda em regiões atrasadas. O artigo postula também a ideia de que o Estado fluminense apresenta condições vantajosas para a implantação de projetos agroindustriais visando ao mercado doméstico e internacional, por dispor de suficiente infraestrutura, logística e, ainda, possui vantagens locais para a exportação.

O estudo conclui que, apesar do já existente crescimento que ocorre nesse setor no Estado, um contínuo apoio ao desenvolvimento agroindustrial é fundamental para a exploração desse potencial. Segundo o autor, a implantação de projetos agroindustriais nas diversas áreas livres e mal-exploradas, existentes em distintas regiões, poderia mudar o perfil do Estado com a agroindústria; no entanto, nenhuma região é mencionada com destaque no trabalho, tendo sido ressaltadas, sobretudo, as vantagens estruturais mencionadas para a exportação por estarem presentes na região metropolitana ou nos grandes centros, como a existência de bem-equipados portos e aeroportos.

¹³ Artigo escrito por Antônio Salazar P. Brandão Coordenador Operacional do Grupo Executivo de Agroindústria do Sistema Firjan e Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ.

Como o autor propõe o cultivo de produtos cuja produção agrícola não necessita de uma larga escala para a plantação, a não necessidade de grandes áreas cultiváveis é um dos argumentos que, segundo o autor, ratificam o potencial fluminense para tais atividades. Considerando, então, as vantagens competitivas apontadas para defender a agroindústria como alavancadora do desenvolvimento das regiões periféricas, a região noroeste não apareceria como grande beneficiária de um projeto desenvolvimentista baseado nesse modelo, pois a distância da Capital e das principais estruturas logísticas do Estado e o cultivo em pequenas e médias propriedades, que beneficiam as regiões mais próximas das regiões centro do Estado, são fatores que não se coadunam com o perfil histórico-geográfico da região.

Em “Norte e Noroeste fluminense: grandes intervenções, fortes impactos” (Cruz 2008). Cruz trata dos impactos que grandes intervenções poderiam acarretar na antiga região do norte fluminense, que hoje compreende o Norte e o Noroeste, buscando alertar sobre problemas conhecidos das grandes metrópoles que possam se alastrar nesse novo centro de crescimento do Estado.

Para esse trabalho, interessa destacar a análise feita do noroeste fluminense no contexto das perspectivas de investimentos previstos para a região. Cruz aponta grandes diferenças de perspectivas de intervenções na economia entre a região norte e a noroeste. Segundo ele, enquanto a maior parte da região norte receberá investimentos e incentivos para a instalação de infraestrutura e grandes empreendimentos, toda a região do noroeste do Estado tem perspectiva de receber empreendimentos de caráter, unicamente, agrícola. Assim, os investimentos destinados ao Norte estarão, basicamente, alocados no incentivo à industrialização diversificada, no escoamento dos produtos minerais via mineroduto, na criação de um centro de apoio à produção *offshore* de petróleo e na construção de um estaleiro. Já os empreendimentos destinados ao Noroeste e outros municípios vizinhos estarão voltados ao plantio de cana de açúcar e de eucalipto.

Em seu artigo, Cruz mapeou essas regiões, apontando os municípios “pobres” e os municípios “ricos”, adotando como critério para esse mapeamento a possibilidade ou não de cada município desenvolver-se por conta própria. Em outras palavras, os municípios que não possuem poder de gerar seu próprio desenvolvimento são considerados “pobres”, enquanto que os que têm esse poder são denominados “ricos”. O potencial para o crescimento, segundo o texto em tela, é definido pelo recebimento de largas quantias de royalties. Assim, de acordo com a análise do autor, os municípios pouco beneficiados com os royalties receberão investimentos para o setor agrícola e os municípios muito beneficiados com os royalties

receberão investimentos para o setor industrial. Segundo Cruz, as diferenças de intervenções que tendem a ocorrer nessas regiões podem impactar severamente o meio ambiente, a estrutura fundiária, a infraestrutura urbana, pela capacidade de atração de mão-de-obra; em suma, a distribuição de renda e a inclusão social, do noroeste fluminense e, ainda, criar problemas a região do petróleo muito conhecido pelas metrópoles.

Assim, para o enfrentamento dessas questões, Cruz conclui que um planejamento do desenvolvimento regional é necessário entre as duas regiões. O poder de concentração exercido pelo norte “rico” impõe a importância de pensar uma economia complementar e flexível entre as regiões, que possa favorecer a ambas, considerando suas características e heranças históricas, e de planejar também uma economia pós-petróleo, capaz de oferecer oportunidades aos moradores de toda a região, principalmente àqueles não contemplados pela riqueza oriunda da exploração do petróleo.

Cruz, assim, afirma que o desenvolvimento recente dos municípios da Bacia de Campos tende a aumentar as distâncias entre os municípios abrangidos pela indústria de petróleo e seus transbordamentos e os municípios não beneficiados por ela. Por isso, aponta a importância de uma política que harmonize o desenvolvimento dessas duas regiões. Dos trabalhos analisados, esse estudo é o único a reconhecer a necessidade de uma política específica de desenvolvimento para o noroeste e a fazer um diagnóstico da região, identificando sua sina agrícola e sua dificuldade de se beneficiar com o desenvolvimento da região vizinha.

O artigo “Diretrizes para o Desenvolvimento da Região Noroeste Fluminense”, (SEPDET e IE/UFRJ 2002), outro estudo usado neste trabalho, produzido pela antiga Secretaria do Estado de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEPDET), em parceria com o IE/UFRJ, procura estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento da região, a partir de dois eixos de atuação: políticas estruturais e políticas setoriais.

Em relação às políticas estruturais, o trabalho leva à conclusão de que uma política de infraestrutura pautada no desenvolvimento logístico da região é de incontestável importância para buscar uma inserção diferenciada na economia, por ser fator relevante na atração de investimentos de médio e grande porte. Assim, investimentos fortes em transporte na região são fundamentais para quitar o déficit de acessibilidade que a região possui; da mesma forma, investimentos em energia, telecomunicação e educação são, de maneira geral, importantes,

não só pela deficiência da região nessas áreas, como também por constituírem pilares do desenvolvimento num mundo globalizado

Outra questão relacionada ao aspecto estrutural destacada nesse estudo é o ambiental. A qualidade dos recursos ambientais não-renováveis é um aspecto extremamente significativo para uma região, cujas principais fontes de renda são derivadas do trabalho na agropecuária e na extração de rochas. De fato, a qualidade ambiental é um ativo econômico importante, imprescindível para um desenvolvimento sustentável. O destaque dado a esse aspecto estrutural do crescimento regional relaciona-se com o fato de a região apresentar muitos municípios cujos índices de qualidade ambiental encontram-se entre os mais baixos do Estado, sendo, portanto, a recuperação ambiental fator importante para o desenvolvimento da região.

A respeito das políticas setoriais, esse artigo aponta como indicadas, para a região, as diretrizes voltadas ao desenvolvimento da cadeia de rochas ornamentais, de confecção, de turismo, entre outras atividades de serviço, e à agropecuária e indústria alimentícia. Em geral, esse estudo apóia as políticas setoriais no sentido de organizar essas vocações encontradas para, assim, obter ganhos de eficiência coletiva, buscando cooperação entre os agentes, formas de financiamento, gerar demandas coletivas estruturais. Em outras palavras, gerar mecanismos de coordenação voltados para a orientação dos agentes econômicos. São exemplos de mecanismos de coordenação estratégicos: no setor de fruticultura, escolher para cultivo as frutas onde a região tenha vantagens locacionais maiores que do norte fluminense; no ramo de confecção de Itaperuna, criar uma cooperação entre os agentes de Nova Friburgo, município onde o setor de confecção está mais avançado. No entanto, o trabalho evidencia que a falta de relação interna entre essas políticas setoriais são um fator de baixo acréscimo que essas políticas oferecem ao desenvolvimento do noroeste.

Além desses dois grupos de ações para o desenvolvimento do Noroeste, o trabalho ainda cita a necessidade do bom funcionamento de instâncias regionais para articular o desenvolvimento da região, questão essa que se discute em passagem posterior deste capítulo.

Apesar de o artigo, de maneira geral, trilhar a linha de desenvolvimento de atividades locais na formulação das diretrizes para o desenvolvimento, há também colocações que enfocam o uso de estratégias voltadas especificamente para o aumento do poder de atratividade da região. Assim, embora, o foco do trabalho sejam as políticas setoriais, em vários trechos há menção à necessidade de melhoria da infraestrutura para uma maior atração

de empresas de fora para a região, além de apoio às políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento regional. Entretanto, a ênfase recai mesmo, no desenvolvimento local, na importância de políticas setoriais para a região, na forma de diretrizes para o seu desenvolvimento.

Um estudo específico sobre o Noroeste Fluminense é a dissertação “O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Porciúncula⁸ (RJ) e as Contribuições do Enfoque da Multifuncionalidade da Agricultura” (Da Costa 2005), cujo objetivo é fazer uma análise, à luz do enfoque da multifuncionalidade da agricultura, do Plano Municipal de Desenvolvimento do Município de Porciúncula, mostrando que a linha de infraestrutura do PRONAF¹⁴, um linha de ação do PRONAF, estimulou uma política de desenvolvimento rural, considerando as potencialidades e limites da agricultura familiar.

Porciúncula é um município do noroeste fluminense que se diferencia dos demais municípios que recebem recursos do PRONAF por tentar discutir quais seriam as potencialidades e deficiências da agricultura familiar da região, para que, com a ajuda desse programa, suprir determinados fatores que impedem o maior desenvolvimento de seus potenciais econômicos. Cumprindo papel semelhante às instâncias regionais que serão discutidas mais a frente do trabalho. No entanto não é, exatamente, uma instância regional por ter um foco na esfera municipal, ou seja, trata-se de uma ação voltada para questões locais e não regionais.

Segundo Da Costa, a linha de infraestrutura do PRONAF foi a primeira política pública orientada para a agricultura familiar brasileira que apoiou outras funções da agricultura. Dessa maneira, o Noroeste poderia se beneficiar de uma política diferenciada para a agricultura familiar que buscava não só apoiar a produção, mas também minorar as problemáticas que esses agricultores familiares enfrentam, auxiliando nas questões relacionadas à melhora da infraestrutura, ao meio ambiente, à orientação técnica, à organização comunitária, à divulgação e promoção de atividades alternativas de renda, entre outras.

É interessante observar que houve, no município, a partir dessa intervenção política, uma coalizão para aproveitar essa iniciativa estatal e buscar suprir as demandas necessárias

¹⁴ O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF- é uma política pública brasileira, criada em 1996 pelo Decreto 1.946, e possui como objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores de pequeno porte, que empregam mão-de-obra majoritariamente familiar.

para uma maior dinâmica do setor da agricultura familiar, via instâncias que discutem a melhor forma de garantir uma maior possibilidade de desenvolvimento do setor.

Para finalizar os estudos regionais analisados, apresenta-se uma síntese de um artigo de caráter também mais específico, “Integração de Ações para a Dinamização do Arranjo Produtivo do Setor de Rochas Ornamentais de Santo Antônio de Pádua – RJ¹⁵” (Regazzi 2004), cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento do arranjo produtivo de rochas ornamentais, usando como base os modelos dos distritos industriais italianos. O artigo se pauta na linha de desenvolvimento de atividades locais, via industrialização progressiva, para buscar o desenvolvimento do setor estudado.

Este artigo discute a dinamização desse setor a partir do conceito de desenvolvimento endógeno, visando ao estabelecimento de vantagens específicas a região. Para tal, equipara o arranjo produtivo de Santo Antônio de Pádua à definição de arranjo produtivo de Porter (Porter 1989) e, dessa forma enfatiza, à luz de seus postulados sobre o desenvolvimento endógeno, os fatores que facilitam o desenvolvimento dos arranjos, quais sejam: a cooperação entre as empresas locais e a competição, atitude de geração de inovação de seus produtos e processos, geração de conhecimento, desenvolvimento de redes de fornecedores e compradores, acesso a novos mercados e aos incentivos para a adaptação a mudanças no mercado, além da criação de novas vantagens competitivas. Ressalte-se que a capacidade inovativa é mencionada no artigo como fator de vital importância para o desenvolvimento e sustentabilidade do arranjo.

Num primeiro momento, o autor examina o processo de produção do arranjo produtivo de rochas ornamentais do município de Santo Antônio de Pádua e constata que essa atividade produtiva não necessita de fatores complexos para o seu funcionamento. A região é contemplada com uma enorme reserva natural do tipo de rocha própria para a produção. Além disso, há uma grande facilidade para a identificação da localização dessas rochas, o que torna praticamente nulas as barreiras à entrada de novas empresas interessadas no ramo. Esses dois fatores conjugados tornam essa atividade numerosa na região, mas caracterizam-na como uma produção com baixo grau técnico de exigência.

A seguir, no artigo, são apresentadas as pesquisas dos tipos de políticas setoriais realizadas para o desenvolvimento desse arranjo: incentivos fiscais, instituições de pesquisa e inovação, formação de grupos de trabalho que acompanham a geração de emprego da

¹⁵ Artigo escrito por Regazzi, R; Epsztejn, R e; Peixoto, J.

atividade e avaliam o seu aproveitamento racional e apoio da Firjan e do SEBRAE/RJ em fóruns empresariais, na busca de mercados internos e externos e no aprimoramento da tecnologia usada. Apesar disso, o autor conclui que os instrumentos existentes estão sendo “subotimizados”, em virtude de deficiência na comunicação e da pouca integração entre as políticas e o empresariado, e que um foco maior nos atributos apresentados para um desenvolvimento baseado nos distritos italianos. Sendo esses os principais problemas a ser superado para que o arranjo possa se desenvolver e dinamizar-se.

Desta forma, percebe-se que o artigo está orientado para desenvolver o setor da região via cooperação e integração das empresas do arranjo produtivo, fator esse de vital importância nos distritos italianos, associado a políticas para o desenvolvimento setorial através de incentivos setoriais, ao melhoramento da capacidade empreendedora e ao apoio para a expansão do mercado.

III.3 – Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do Estado e do noroeste fluminense

Nesta parte do terceiro capítulo, trata-se das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional do noroeste do Rio de Janeiro. Num primeiro momento, reflete-se sobre as políticas envolvendo instâncias regionais, como a criação de fóruns regionais, que, nos últimos anos, apresentaram um relativo sucesso no Noroeste Fluminense; em seguida, passa-se a uma breve apreciação sobre as políticas adotadas para o desenvolvimento do Estado e do Noroeste Fluminense, com base nos teóricos considerados no primeiro capítulo deste trabalho; e, por fim, apresentam-se as políticas da SEDEIS (Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Energia, Indústria e Serviços) e dos incentivos financeiros e fiscais da Codin.

As fontes utilizadas para as discussões que ora se apresentam foram duas entrevistas realizadas no final de 2008, uma com a Superintendente de Arranjos Produtivos Locais, Regina Mouffron, e a outra com a Superintendente de Projetos Especiais, Mara Lucio Paquelet, e o planejamento administrativo do governo do Estado do Rio de Janeiro, incluindo o plano de ações da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS) e as políticas de incentivos da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN). Para os fins desse estudo, as políticas para o

desenvolvimento do Estado estão agrupadas em três categorias: políticas voltadas a setores produtivos, programas estruturantes e incentivos fiscais e financeiros, sendo as duas primeiras políticas da SEDEIS e a última da CODIN.

As políticas atuais de desenvolvimento são essencialmente de caráter setorial, havendo poucas políticas especializadas, apenas alguns incentivos correspondem a políticas propriamente regionais. Os programas estruturantes atuam, predominantemente, em áreas industriais e de serviços. A política de apoio aos APLs é a principal política que afeta regiões periféricas do Estado. Assim, não se percebe dos estudos e contatos feitos preocupação com uma definição de regiões que necessitem para seu desenvolvimento, de políticas especiais de apoio.

As políticas de desenvolvimento apresentam, então, foco no desenvolvimento dos potenciais do Estado, Consequentemente, as políticas possuem uma tendência a privilegiar as regiões mais dinâmicas do Estado, para consolidar as evoluções em curso, a retomado co crescimento do Estado do Rio de Janeiro. O noroeste, dessa forma, para o Estado, é a região pobre com potencial agrícola, restando-lhe, então, nessa perspectiva, as atuações políticas que favoreçam esse potencial relacionado ao setor primário.

III.3.1 – Políticas de Fóruns Regionais

São apresentadas nesta parte algumas políticas que ocorreram, nos últimos anos, que se caracterizam, sobretudo, pela tentativa de criação de instâncias regionais ou locais para discutir o desenvolvimento regional ou local. Dentre essas tentativas, destacam-se a composição de fóruns regionais, a criação da REDE e do programa Comunidade Ativa.

Projetados para serem, exclusivamente, voltados para o desenvolvimento da região noroeste, por razões que aqui não interessa tratar, os fóruns regionais e a REDE acabaram se extinguindo sem concretizar suas finalidades, mas demonstraram capacidade de desempenhar um papel importante na reflexão acerca do desenvolvimento da região. Aliás, essa foi a grande contribuição dessas iniciativas: mostrar que o Noroeste Fluminense consegue pensar como um bloco regional que precisa de apoio e cooperação entre os municípios e o governo do Estado para gerar o desenvolvimento regional de que tanto necessita. Ao contrário de outras regiões que não conseguiram avançar nas discussões sobre desenvolvimento regional, o noroeste demonstrou grande interesse em discutir seus problemas através desses mecanismos.

O programa de fóruns regionais, iniciado em 1999, consistia na ida de equipes da Secretaria de Desenvolvimento do Estado para todas as regiões do Estado do Rio de Janeiro, objetivando estimular a criação de fóruns regionais, conselhos ou consórcios, como estratégias para pensar e buscar o desenvolvimento da região. Nessas visitas, não eram oferecidos modelos prontos, mas discutia-se com os representantes da região um modelo próprio para estruturar a reflexão acerca do desenvolvimento. Essa discussão ocorria a partir da formação de um conselho, composto pelos prefeitos e secretários de desenvolvimento de todos os municípios da região. O efeito desses fóruns se fez sentir na facilidade que eles propiciaram para a implementação de políticas públicas na região.

No fóruns regionais, a região noroeste foi a que participou com o maior apoio dos seus representantes, apoio muito maior que o observado em outras regiões, o que foi decisivo para que a região avançasse nas discussões. O conselho do noroeste tinha a participação de quase todos os prefeitos e secretários da região, fato que possibilitou o crescimento desse movimento de apoio mútuo, que se materializou numa proposta de formação de um consórcio regional, captador de recursos financeiros necessários à criação de uma entidade supra-municipal que encarnasse a região com força política suficiente para reivindicar suas demandas e promover o desenvolvimento regional.

Entretanto, o modelo discutido e fechado pelos representantes desses fóruns dependia da aprovação das câmaras municipais, pois, para a implantação de um consórcio regional, cada município teria que contribuir com uma porcentagem da arrecadação do IPTU, destinação apenas possível se aprovada em texto legal. Assim, enquanto cada município obtinha a adesão dos representantes parlamentares para a criação do consórcio, mudanças políticas na esfera estadual fizeram a política perder força e o processo de criação de uma instância regional foi abandonado.

Houve outras tentativas de se criar uma entidade que visasse ao estabelecimento de políticas propriamente regionais. No período do governo Rosinha, havia a ideia de se criar a REDE (Rede Estadual de Desenvolvimento Econômico), através da qual se pretendia criar fóruns regionais com focos específicos na promoção do desenvolvimento. No entanto, também, por falta de apoio o projeto não se consolidou.

Por fim, o Comunidade Ativa que é um programa federal, mas que teve o apoio do Estado, criado por Ruth Cardoso, visava a ajudar alguns municípios mais deprimidos economicamente de cada Estado. Dada a fragilidade econômica do Noroeste, todos os

municípios da região foram selecionados pelo programa. O programa consistia em criar fóruns de desenvolvimento local nesses municípios, com representatividade de empresários, população e prefeitura, organizados por entidades mais capacitadas, como uma secretaria do Estado.

Nos fóruns eram definidas quais seriam as principais demandas do município para o seu desenvolvimento. Estabelecido o programa e definidas as demandas dos municípios, estas eram encaminhadas à Secretaria de Estado organizadora do encontro, que tinha a incumbência de selecionar cinco delas e enviar aos respectivos ministérios federais, encarregados de atendê-las, não havendo, no entanto, garantias quanto ao resultado concreto desses pleitos.

O importante é destacar que essas políticas correspondem, de certo modo, a políticas específicas para o desenvolvimento de regiões periféricas e obtiveram relativo sucesso junto aos seus interessados diretos, embora não tivessem logrado efeitos concretos, o que implica dizer que as regiões contempladas por elas reconhecem a necessidade de apoio, apóiam esse tipo de intervenção estatal e desejam políticas que pensem e busque, exclusivamente, o desenvolvimento da região, motivos que explicam a repercussão obtida pelas políticas de fóruns regionais, Comunidade Ativa, REDE e pelo PRONAF.

III.3.2 – Políticas de Apoio Setorial

As políticas voltadas aos setores produtivos são as políticas de apoio aos APLs, os programas de apoio aos setores e demais programas de desenvolvimento setoriais.

As políticas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS) para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL) funcionam como políticas de desenvolvimento de potenciais que as regiões já demonstraram possuir. Elas objetivam apoiar as micro e pequenas empresas de setores que apresentam uma alta concentração na região, promovendo ações e elaborando políticas públicas para o fortalecimento do desenvolvimento local. De maneira geral, o governo intervém, promovendo e acompanhando reuniões, seminários e eventos através da Câmara de Gestão do APL; estimulando o associativismo, a legalização das empresas, a criação dos próprios APLs e a união das empresas do APL em busca de soluções de problemas comuns, junto aos parceiros do setor governamental, empresarial, de capacitação, de crédito, fomento e inovação.

A SEDEIS também aproveita programas já existentes no quadro de políticas para apoiar os APLs. Dessa forma, os APLs são beneficiados, conforme o caso, com o programa

para a exportação, o programa Rio é Design, programa CompraRio, entre outros. Além de buscar soluções para problemas crônicos dos produtores, como a capacitação da mão-de-obra, que, de modo geral, é a principal demanda dos APLs do Rio de Janeiro. O objetivo é tornar tais APLs mais dinâmicos e complexos, de modo a gerar para região investimentos nesse setor, além de emprego e renda.

No estado do Rio de Janeiro existem, atualmente, 16 APLs reconhecidos: um na região noroeste, rochas ornamentais; dois na região norte, o de cerâmica vermelha e o de petróleo e gás; três na região serrana, o de confecção moda íntima, de entretenimento e tecnologia da informação; dois nas baixadas litorâneas, o de confecção moda praia e petróleo e gás; três no médio paraíba, o de confecção jeans, entretenimento e metal mecânico; e cinco na região metropolitana, o de petroquímico/gás-químico/plástico, de móveis, de tecnologia da informação, de jóias e de calçados e artefatos. Não existe ainda APL nas regiões do centro-sul e na Costa Verde.

Contudo, existem, também, concentrações de alguns setores. Uma concentração é uma aglomeração de unidades produtivas de um mesmo setor de atividades, pré-requisito mínimo para que o setor se torne um APL. No caso do Noroeste Fluminense, há três concentrações com potencial para se tornar um APL e receber a ajuda do Estado: a de confecção moda noite e a pecuária leiteira, em Itaperuna, e a de apicultura, em Porciúncula. É importante ressaltar que os setores potenciais da região noroeste, as concentrações, caracterizam-se por estrutura produtiva simples; são indústrias com fraco vínculo territorial, por poderem se estabelecer em quase todas as regiões, já que não necessitam de um respaldo estrutural muito complexo, nem de um perfil geográfico distinto, para a sua produção.

O APL reconhecido no noroeste fluminense é o de rochas ornamentais, que abrange quase toda a região, incluindo os municípios de Santo Antônio de Pádua, Miracema, São José de Ubá, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula, Varre-Sai, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci e Italva. Esse é o setor que está buscando se desenvolver na região, a vocação de caráter naturalista da região, extração de rochas ornamentais.

Assim, em termos de política setorial, a política de apoio ao APL de rochas ornamentais é a principal política de desenvolvimento setorial do governo do Estado na região, podendo ser apontada, inclusive, como a principal política que visa a desenvolver a região.

Existem outros programas que, de certo modo, ampliam a ideia de políticas para o desenvolvimento de potenciais do Estado. Programas como o Rio é Design, que objetiva aumentar o valor e a qualidade dos produtos pelo *design*; Rio Expoint, que visa a identificar produtos fluminenses que possuam algum potencial de exportação; programa Qualidade Rio; programa para o setor moveleiro; programa para o artesanato do Rio de Janeiro; programa CompraRio, entre outros. Programas do tipo Rio Látex e Agroenergia, que têm como objetivo impulsionar a expansão do plantio de seringueira e de cana de açúcar, respectivamente, afeta, principalmente, regiões como o noroeste fluminense, pois essas políticas voltam-se para as atividades agrárias, aproveitando-se do considerável território da região e da não necessidade de uma complexa infraestrutura. Todos esse programas são de apoio a setores já existentes, e apóiam, inclusive, os APLs do Estado, visando a dar mais condições ao desenvolvimento deles.

III.3.3 –Programas Estruturantes

Existem também programas estruturantes do Estado, que visam a fortalecer a economia do estado através do incremento de suportes logísticos, mas em apenas um desses programas o Noroeste é beneficiário. Os projetos são: Barra do Furado, apoio à região que abrange Quissamã e Campos dos Goytacazes; Duplicação de parte da BR-101; Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro; Complexo de Açú; Complexo Aeroportuário de Cabo Frio; Novos Resorts, na região dos Lagos e na Baía da Ilha Grande; Instalação de usina da CSN, em Itaguaí; Desenvolvimento Florestal; revitalização do Aeroporto Tom Jobim; Complexo Siderúrgico da ThyssenKrupp e da Vale do Rio Doce, em Santa Cruz e; Usina da Votorantim. em Resende.

De todos os projetos apenas o programa de desenvolvimento florestal inclui, não só o Noroeste, mas também outras regiões do Estado. No entanto, esse projeto de recuperação ambiental não funciona de forma estrutural, no sentido de atrair novas indústrias para as regiões por ele beneficiadas. Em contrapartida, os demais projetos destinam-se a apoiar o desenvolvimento dos três pólos de crescimento do Estado: a bacia de campos, a região metropolitana, e o médio paraíba.

III.3.4 –Incentivos Financeiros e Fiscais

Outro modo de expressar políticas de desenvolvimento do estado são os incentivos fiscais e financeiros para as empresas. Essa forma de apoio tem como objetivo aumentar a atratividade de se produzir um determinado produto em uma determinada região ou de se

estabelecer um determinado tipo de empresa em uma determinada região. Os incentivos fiscais diminuem custos de produção, aumentando a competitividade das empresas, ao adotar uma política de tratamento tributário diferenciado para algumas atividades produtivas. Os incentivos financeiros se prestam a tornar mais atrativo o investimento na criação de uma empresa, facilitando a obtenção de recursos, e, dessa forma, encorajando o empresário ao empreendimento apoiado pelo Estado. No caso do governo do Rio de Janeiro, o principal instrumento para esse fomento é o FUNDES, via CODIN.

Os incentivos financeiros fornecidos pelo estado podem ser classificados em três tipos: genérico, setorial e regional. Os tipos genéricos são incentivos que beneficiam o investimento no Estado, não importando o setor ou a região em que serão aplicados os recursos. O RioInvest, o Rio Indústria, o RioTecnologia, o RioInfra e o RioPortos constituem exemplos de programas de incentivos genéricos. Esse tipo de incentivo não apóia especificamente o desenvolvimento de alguma região do Estado, visa exclusivamente a atrair investimentos para o Estado.

O incentivo financeiro setorial é um tipo de estímulo que beneficia os investimentos no Estado por setor, não importando a região, como fazem, por exemplo, o RioAerotec, RioFármacos, RioGraf, RioInfo, RioMetal, RioMóveis, RioPeças, RioPetróleo, RioPlast, RioPortos, RioTelecom e RioTêxtil. Esse tipo de incentivo financeiro também não possui uma característica de desenvolvimento regional, seu objetivo é atrair investimentos para determinados setores no Estado sem diferenciação de região. Tanto o primeiro quanto o segundo objetivam o desenvolvimento do estado como um todo, e não o desenvolvimento de alguma região em específico, embora possam eventualmente auxiliar processos aglomerativos potenciais ou em curso em alguma determinada região.

O tipo regional são incentivos financeiros que beneficiam o investimento no Estado em regiões específicas, não importando o setor, de que são exemplos o RioSolidário, o RioNorte-Noroeste e o Pró-Septiba. O RioNorte-Noroeste é um programa de incentivo regional que cria um diferencial de atração de empresas para o noroeste e para o norte fluminense. No entanto, a formatação desse programa de incentivo não busca harmonizar as desigualdades existentes entre essas duas regiões do Estado, haja vista não haver concessão de tratamento diferenciado para o Noroeste, antes essa política tem como objetivo principal concorrer com o Estado do Espírito Santo, que recebe incentivos fiscais da SUDENE, sendo, portanto, secundário o objetivo de desenvolver a região.

Os incentivos fiscais fornecidos pelo governo do estado, por sua vez, são de dois tipos: o setorial e o regional. O Setorial, como mencionado anteriormente, tem como objetivo fortalecer um determinado segmento da economia fluminense, fortalecendo e aumentando a competitividade das empresas do ramo. O Estado dispõe de 36 tipos de incentivos fiscais para setores diversos da economia, como para o agronegócio, para o setor ferroviário, para o setor de material escolar, entre outros. Como nos incentivos financeiros setoriais, essa política visa a desenvolver determinados setores no Estado. Dessa forma, os incentivos fiscais setoriais só atingem as regiões cujas concentrações setoriais coincidam com os setores escolhidos pelo governo e só eventual e temporariamente são capazes de aumentar a competitividade das empresas frente às empresas de outros estados, não constituindo, pois, fator de atração aglomerativa.

O outro tipo de incentivo fiscal, o regional, tem mais poder de atratividade para a região, podendo aumentar a competitividade das empresas locais contra o resto do estado. Existem dois incentivos fiscais regionais que beneficiam a região noroeste: o incentivo fiscal para o Norte e Noroeste fluminense e os incentivos fiscais para a recuperação econômica dos municípios. O primeiro consiste em conceder incentivos para o estabelecimento e funcionamento de empresas no norte e no noroeste fluminense. No entanto, como as duas regiões são contempladas igualmente pelos mesmos benefícios fiscais, a política funciona mais como meio de aumentar a competitividade desta porção do Estado frente ao estado vizinho, tal como ocorre com os incentivos financeiros promovidos pelo programa Rio Norte-Noroeste, não se prestando à equalização do desenvolvimento regional.

O segundo tipo de incentivo fiscal, voltado à recuperação da economia dos municípios, aplica-se integralmente à região noroeste, pois todos os seus treze municípios estão incluídos no programa. A inclusão de todo o noroeste como beneficiário do programa de incentivo fiscal significa o reconhecimento estatal das necessidades de políticas de apoio à região, ressaltando que o noroeste é a única região do Estado com todos os municípios participando do programa, o que evidencia a posição de desigualdade de condições em que se encontra o noroeste fluminense diante da nova dinâmica econômica do Estado, após a inflexão positiva, a partir de meados dos anos 90. Atente-se para o fato de que esse programa de incentivos fiscais regionais se diferencia do primeiro por considerar os municípios, independentemente da região em que se encontram e por apenas englobar estabelecimentos industriais.

III.4 –Análise geral dos estudos e políticas

Neste capítulo, tratou-se de indicar os estudos e políticas sobre o Noroeste Fluminense, sua relação com a produção acadêmica corrente e sua efetividade na promoção do desenvolvimento desta região periférica. Assim, nesta última parte, passa-se, resumidamente, a consolidar as conclusões obtidas desses confrontos entre o conhecimento teórico discutido no primeiro capítulo e os estudos e práticas políticas a que se teve acesso no terceiro capítulo, considerando a realidade socioeconômica esboçada no capítulo intermediário.

Os estudos e políticas delineados neste capítulo desenvolvem poucos aspectos abordados no primeiro capítulo, ou seja, utilizam muito pouco do cabedal conceitual desenvolvido por reconhecidos teóricos do desenvolvimento regional. De um modo geral, os estudos não apresentam foco no desenvolvimento regional propriamente dito, limitando-se a identificar possíveis potenciais do Estado e meios de desenvolvê-los.

Na maioria dos estudos, o tema enfatizado foi o desenvolvimento de setores e atividades específicas, sem preocupação com a necessidade de um olhar diferenciado para o Noroeste do Estado, apesar de seus alarmantes índices econômico-sociais. O artigo de Cruz foi o único a demonstrar certa apreensão em relação ao futuro da região sem uma política que reflita especificamente sobre a sua trajetória na contramão dos influxos econômicos do Estado. Assim, tanto as políticas quanto os estudos não se voltam para as possibilidades de gerar economias de aglomeração com a industrialização da região, restringindo-se a apontar caminhos para o desenvolvimento de potenciais regionais de caráter naturalista ou sócio-cultural.

Também, nem nos estudos e nem nas políticas, encontra-se um diagnóstico sobre as causas do baixo crescimento dessa região. A região é vista como uma típica região do interior, com potencial agrícola. Assim, partindo desse pressuposto, não existe proposta de uma interferência mais incisiva na sua inserção econômica por não haver constatação de dificuldade advinda da opção agrícola estabelecida para a região. Porém, a região não apresenta uma participação elevada da agropecuária no PIB regional e nem apresenta um poder neste setor no Estado, como elucidado pelos números apresentados no segundo capítulo. Assim, a frágil inserção da região não se modifica, mesmo com a aposta no setor agropecuário, ou seja, nem o suposto potencial da região tem-se mostrado capaz de gerar os desdobramentos necessários ao desenvolvimento regional.

Por não se constatar nenhuma problemática na região, o foco dos estudos é direcionado para o desenvolvimento de atividades locais, para o incremento do crescimento local, sem a preocupação em buscar uma participação mais efetiva e diferenciada na economia do Estado, tornando-se, então, políticas que visam à geração de renda e emprego, dissociadas, no entanto, da nova dinâmica econômica estadual estabelecida a partir de meados dos anos 90. Embora possam essas ações apresentar resultados positivos, elas embaçam a perspectivas, sob o ponto de vista apresentado nesta monografia: a busca do diagnóstico de baixo crescimento e dos frágeis indicadores econômicos

As políticas de apoio aos potenciais da região são, então, as principais políticas que visam ao desenvolvimento da região, políticas essas, em quase sua totalidade, voltadas para o desenvolvimento de atividades locais. Apesar do relativo sucesso na atuação local, para que isso se transforme em fatores de aglomeração que alavanquem o desenvolvimento da região, faz-se necessário que se estabeleça um ritmo de crescimento da atividade incentivada inversamente proporcional à complexidade da produção para que possa chegar a um nível de escala que torne atrativa a industrialização da produção, e possa essa atividade, puxar o crescimento da região. Quanto mais houver setores com potencial para se desenvolverem, nesses termos, maiores as possibilidades de que a região consiga mudar seu rumo e trilhar o caminho da industrialização progressiva.

Num momento em que o Estado tende a impulsionar e consolidar a retomada do crescimento do Estado do Rio de Janeiro, aplicando sua energia e recursos em ações que favoreçam a consolidação dos três principais centros industriais, como as políticas estruturantes, a linha do desenvolvimento de potenciais do Estado, adotada pela maioria dos estudos e políticas neste trabalho discutidos, desvinculados das atividades promovidas nos dois grandes eixos – região metropolitana-bacia de campos e região metropolitana-médio paraíba, torna as perspectivas de desenvolvimento da região periférica diminuta, acentuando a tendência à estagnação e à manutenção de fracos indicadores socioeconômicos e contribuindo para um desenvolvimento regional cada vez mais desigual.

Conclusão

Uma nova inserção da economia é de vital importância para que a região deixe de ser periférica e atrasada. O mercado não é um meio suficiente para que a região remonte suas características. Assim, ações voltadas para essa mudança de inserção econômica, para uma economia complexa, são necessárias para gerar uma nova perspectiva de desenvolvimento para a região. A volta do crescimento do estado, a partir da inflexão positiva, mostrou a marginalização da economia da região, não sendo importante para tal fato e, ainda, sendo condicionada a potenciais econômicos de caráter de exploração dos recursos naturais, enquanto que, do outro lado do interior, está ocorrendo grandes investimentos industriais.

A política do Estado é, sobretudo, inserir de forma permanente a vocação do rio de Janeiro em serem a economias de produtos de base, produtos esses insumos para milhares de produtos finais. Com o petróleo sendo o carro chefe, os olhos do governo do Estado é desenvolver esse potencial demonstrado pelo Estado nos três centros dinâmicos do Rio de Janeiro. Isso é bem delineado observando onde estão as políticas públicas estruturantes. Por isso, as constantes políticas públicas de desenvolvimento setorial estão baseadas, exatamente, neste sentido de desenvolver os supostos potenciais fluminenses.

Essa ideia acaba fragilizando as regiões que não se encontram no caminho traçado pelo Estado e pelas indústrias. Regiões como o noroeste, centro-sul e até mesmo a serrana, não se beneficiam dessa política de desenvolvimento do Estado. No caso do noroeste, região que mostrou ser a mais pobre do Estado, as políticas de cunho setorial chega desenvolvendo setores pouco dinâmicos, e como já visto que dificilmente vai acrescentar a uma nova inserção econômica.

No capítulo 1, as formas de se forçar um desenvolvimento em regiões periféricas foi traçada. No entanto, pouco foi visto dessas formas, entre as políticas, até porque não é o objetivo atual do governo desenvolver regiões periféricas. Assim, pode-se forçar uma visão desenvolvimentista regional nas políticas de apoio aos APLs, nos incentivos fiscais e financeiros, nos projetos e programas voltados e que afetam a região, mas nenhum deles é, especificamente, orientado para tal objetivo.

Dessa forma, para uma nova inserção da região é preciso políticas específicas e voltadas para isso. Tornar os fatores aglomerativos da região mais atraentes que os fatores

aglomerativos dos outros centros do Estado, principalmente, da bacia de campos, da região metropolitana e do médio paraíba, é necessário um esforço regional e estadual. Mudar uma região que é estruturalmente marginalizada é preciso a força do Estado.

Segundo as políticas de desenvolvimento regional estudadas no capítulo 1, A maneira Perroux (in Scharwtzman 1977) de desenvolvimento parece ser a mais rápida e estruturante das demais. Entretanto, para caber esse tipo de política no noroeste é preciso antes grandes investimentos em infra-estrutura na região, de investimentos em logística a investimentos em educação. Sem um requisito mínimo, não há como levar a região uma *indústria motriz* que possa servir como reorientadora da economia da região, com seus encadeamentos produtivos e transbordamentos econômicos. Essa talvez seja a política mais eficaz e ligeira de desenvolvimento.

Não sendo tão agressivo e, ainda, aproveitando-se da demonstrada facilidade da região em se unir e cooperar, mostrada nas políticas de fóruns regionais feitas em governos anteriores. A criação de instâncias regionais, ou seja, estruturas especiais para se encarregar da coordenação e execução de políticas de desenvolvimento regional é uma boa estratégia, pois nelas é evidenciando a necessidade do apoio do Estado para o desenvolvimento. Assim, dessa discussão sair políticas específicas para o desenvolvimento regional. Com o apoio do PRONAT, para a agricultura familiar, apoio aos APLs, com incentivos fiscais e financeiros para tornar a região mais atraente, investimentos em gargalos estruturais. Enfim, só de se já ter uma visão regional para o desenvolvimento é um passo importante para a região.

A questão é dizer que as políticas atuais do Estado de desenvolvimento das vocações aparentes encobrem o verdadeiro objetivo de desenvolver as estruturas industriais alcançadas a partir de meados da década de 90, os centros de desenvolvimento. Esse tipo de política não força em nada a diminuição das desigualdades regionais, diferente disso, ele eleva essas diferenças. Desta maneira, as políticas de vocações não ajudam ao desenvolvimento de regiões atrasadas e periféricas do Estado, elas não têm esse fim. O noroeste, neste contexto, não tem suas perspectivas alteradas de continuar a ser uma região marginalizada com uma inserção frágil na economia do Estado, por isso, a insistência denominar o agronegócio e a extração vocações da região. Essa monografia quer mostrar que esse tipo de visão sobre a região não alterará sua inserção periférica e, só políticas públicas voltadas para uma mudança de inserção da região na economia pode alterar o semblante econômico. Por essas razões, a defesa desse trabalho num esforço para tornar a economia do noroeste fluminense mais complexa e em busca de uma industrialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECATTINI, G. Os distritos industriais na Itália. In: COCCO, G. (org) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*. DP&A editora, Rio de Janeiro, 2002.
- BRANDÃO, A. Agroindústria no Estado do Rio de Janeiro – potencial inexplorado. *Revista de Economia Fluminense*, RJ, N° 2, p. 74 -77, out. 2004.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODIN. Apoio ao investidor. *Incentivos fiscais e financeiros*. Apresenta os incentivos fiscais e financeiros do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.codin.rj.gov.br/Apoio/Apoio.htm>> Acesso em: 19 de fevereiro de 2009.
- CRUZ, J. Norte e Noroeste fluminense: grandes investimentos, fortes impactos. *Revista de Economia Fluminense*, RJ, N° 7, p. 44 -49, jun. 2008
- DA COSTA, F. *O plano municipal de desenvolvimento rural do município de Porciúncula (RJ) e as contribuições do enfoque da multifuncionalidade da agricultura*. 2005. 114f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2005
- FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO. *Anuário estatístico*, RJ, 2005. CD-ROM
- GARCIA, R. Economias Externas e vantagens competitivas dos produtores em sistemas locais de produção. *Revista FACEF Pesquisa* v. 6 n. 3: São Paulo, 2003.
- HIRSCHMAN, A. Efeitos de fluência e polarização. In: SCHWARTZMAN, J. (org.) *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Dados estatísticos*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#economia>. Acesso em: 30 de outubro de 2008 a 30 de janeiro de 2009.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Dados estatísticos*. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> Acesso em: 30 de outubro de 2008 a 30 de janeiro de 2009.
- MOUFFRON, R. *A política de apoio a APLs do Estado do Rio de Janeiro*. RJ, jan 2009. Entrevista concedida a Rodrigo de Paiva Granato
- MYRDAL, G. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. MEC/ISEB - *Coleção Textos de Economia contemporânea*. Rio de Janeiro, 1960
- NATAL, J. A economia fluminense em três tempos. *Revista de Economia Fluminense*, RJ, N°4, p. 54 -59, jul. 2004
- NORTH, D. Teoria da Localização e o Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMAN, J. (org.) *Economia Regional: Textos Escolhidos*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977

OLIVEIRA, F. Reestruturação econômica, planos de desenvolvimento e mudanças territoriais no estado do Rio de Janeiro. *Revista de Economia Fluminense*, RJ, N°4, p. 6 -17, jul. 2004.

_____; *Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. 2003. 202f. Tese (Doutor em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP, 2003

PAQUELET, M. *Políticas do Estado do Rio de Janeiro para o desenvolvimento do noroeste fluminense*. RJ. 23 dez 2008. Entrevista concedida a Rodrigo de Paiva Granato

PERROUX, François. O Conceito de Pólo de Desenvolvimento. In Schwartzman, J. (org.) *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PIORE, M; SABEL, C. *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books, 1984.

PORTER, M. *Vantagens competitivas das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

REGAZZI, R; EPSZTEIN, R; PEIXOTO, A. Integração de ações para a dinamização do arranjo produtivo do setor de rochas ornamentais de Sato Antônio de Pádua – RJ. *Revista de Economia Fluminense*, RJ, N° 2, p. 60 -67, out. 2004.

SARAÇA, C. et al. A propósito de uma nova regionalização para o Estado do Rio de Janeiro. *Revista de Economia Fluminense*, RJ, N°4, p. 18 -27, jul. 2007.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS – SEDEIS, *Perfil região noroeste*. RJ, 2008. CD-ROM

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS – SEDEIS, Portal da SEDEIS, *Projetos e programas*. Apresenta políticas públicas dessa secretaria. Disponível em <<http://www.desenvolvimento.rj.gov.br>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO; INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Diretrizes para o desenvolvimento da região noroeste fluminense*. RJ, SEPDET e IE/UFRJ, 2002.

SILVA NETO, R. et al. Deseconomias econômicas no estado do Rio de Janeiro: a força da economia do petróleo e suas deseconomias de aglomeração. *Revista de Economia Fluminense*, RJ, N° 7, p. 26 -33, jun. 2008.

VARIAN, H. Externalidades. In: VARIAN, H. *Microeconomia princípios básicos*. Rio de Janeiro: Campos, p. 645-666. 2003.

WILLIAMSON, J. Desequilíbrios Regionais e o Processo de Desenvolvimento Nacional: Descrição de Padrões. In: SCHWARTZMAN, J. (org.) *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

ANEXOS

ANEXO A

Anexo A – População residente segundo o estado, as regiões do Estado e dos municípios do noroeste fluminense

População residente							
Regiões de Governo e municípios	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
	(1)	(1)					
Estado	3 611 998	4 674 645	6 709 891	8 994 802	11 291 520	12 807 706	14 391 282
Região Metropolitana	2 198 634	3 138 237	4 824 167	6 826 282	8 676 564	9 689 415	10 710 515
Região Noroeste Fluminense	305 066	282 894	285 807	245 561	242 648	273 062	297 696
Aperibé	4 563	5 317	4 473	4 505	4 945	6 309	8 018
Bom Jesus do Itabapoana	33 463	31 852	38 019	29 418	27 970	29 873	33 655
Cambuci	30 401	25 614	22 260	17 571	14 910	14 954	14 670
Italva	20 465	15 649	22 951	15 408	12 865	12 764	12 621
Itaocara	24 508	24 069	22 309	22 264	21 310	22 933	23 003
Itaperuna	67 317	63 841	64 518	60 622	63 086	78 000	86 720
Laje do Muriaé	14 666	11 170	13 612	8 538	7 515	7 464	7 909
Miracema	17 606	18 722	21 069	21 187	22 007	25 091	27 064
Natividade	22 440	20 375	17 063	14 775	13 818	14 642	15 125
Porciúncula	17 161	14 670	15 299	12 395	13 458	14 561	15 952
Santo Antônio de Pádua	32 792	32 743	27 816	26 646	28 568	33 291	38 692
São José de Ubá	13 915	13 056	8 723	6 853	6 127	6 057	6 413
Varre-Sai	5 769	5 816	7 695	5 379	6 069	7 123	7 854
Região Norte Fluminense	344 053	365 809	431 424	471 038	514 644	611 576	698 783
Região Serrana	285 646	312 639	393 040	467 159	579 491	686 772	752 002
Região das Baixadas Litorâneas	155 279	159 891	200 181	262 389	333 997	436 067	637 296
Região do Médio Paraíba	159 496	218 051	336 012	446 835	599 791	694 253	785 192
Região Centro-Sul Fluminense	121 567	142 519	167 418	177 753	202 842	228 448	254 103
Região da Costa Verde	42 257	54 605	71 842	97 785	141 543	188 113	255 695

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censos Demográficos.
(1) População presente.

ANEXO B

Anexo B – Participação e evolução do noroeste nos setores da economia estadual de 1996 a 2004

Setores da economia	1996	2004	1996-2004
	Participação do Noroeste no setor estadual	Participação do Noroeste no setor estadual	Crescimento de Participação do Noroeste no setor
Agropecuária	12,686%	13,733%	1,05%
Extração de petróleo e gás natural	0,000%	0,000%	0,00%
Extração de outros minerais	5,388%	0,505%	-4,88%
Indústria de produtos de minerais não metálicos	1,676%	0,547%	-1,13%
Indústria metalurgia	0,418%	0,060%	-0,36%
Indústria de máquinas e Equipamentos	0,283%	0,027%	-0,26%
Indústria de material eletro eletrônico	0,000%	0,000%	0,00%
Indústria de material de transporte	1,865%	0,246%	-1,62%
Indústria de produtos de madeira e do mobiliário	0,949%	2,153%	1,20%
Indústria de papel e celulose	3,712%	11,221%	7,51%
Indústria gráfica	0,039%	0,018%	-0,02%
Indústria de produtos de borracha	0,049%	0,038%	-0,01%
Indústria química	0,018%	0,002%	-0,02%
Indústria farmacêutica	0,000%	0,000%	0,00%
Indústria de artigos de perfumaria	0,070%	0,056%	-0,01%
Indústria de produtos de matéria plástica	0,040%	0,080%	0,04%
Indústria têxtil	0,330%	0,185%	-0,15%
Indústria do vestuário	0,538%	0,922%	0,38%
Indústria de calçados	0,083%	0,058%	-0,03%
Indústria de produtos alimentares	5,680%	3,393%	-2,29%
Indústria de bebidas	0,097%	0,011%	-0,09%
Indústria fonográfica	0,000%	0,000%	0,00%
Ourivesaria e bijuteria	0,000%	0,027%	0,03%
Indústria de Equipamentos e materiais médicos	0,000%	0,000%	0,00%
Indústrias diversas	0,079%	0,021%	-0,06%
Comércio atacadista	0,300%	0,503%	0,20%
Comércio varejista	0,800%	0,870%	0,07%
Construção civil	1,593%	1,190%	-0,40%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2,857%	1,347%	-1,51%
Transportes	0,516%	0,286%	-0,23%
Comunicações	0,588%	0,656%	0,07%
Instituições financeira	0,469%	0,725%	0,26%
Administração pública	0,541%	2,043%	1,50%
Aluguéis	2,096%	2,043%	-0,05%
Outros serviços	0,177%	0,243%	0,07%
Imputação intermediação financeira	0,882%	0,876%	-0,01%
Imposto sobre produtos	0,925%	0,815%	-0,11%
Total	0,886%	0,712%	-0,17%

Fonte: Tabela elaborado pelo autor com dados do anuário estatístico da Fundação Cide de 2005

ANEXO C

Anexo C – Participação e evolução dos setores da economia no PIB do noroeste fluminense de 1996 a 2004

Setores da economia	1996	2004	1996-2004
	Participação do setor no Noroeste	Participação do setor no Noroeste	Crescimento de Participação do setor no Noroeste
Agropecuária	6,313%	7,266%	0,95%
Extração de petróleo e gás natural	0,000%	0,000%	0,00%
Extração de outros minerais	0,737%	0,037%	-0,70%
Indústria de produtos de minerais não metálicos	0,858%	0,232%	-0,63%
Indústria metalurgia	1,246%	0,380%	-0,87%
Indústria de máquinas e Equipamentos	0,130%	0,007%	-0,12%
Indústria de material eletro eletrônico	0,000%	0,000%	0,00%
Indústria de material de transporte	0,847%	0,918%	0,07%
Indústria de produtos de madeira e do mobiliário	0,333%	0,287%	-0,05%
Indústria de papel e celulose	0,688%	1,511%	0,82%
Indústria gráfica	0,056%	0,012%	-0,04%
Indústria de produtos de borracha	0,014%	0,027%	0,01%
Indústria química	0,063%	0,011%	-0,05%
Indústria farmacêutica	0,000%	0,000%	0,00%
Indústria de artigos de perfumaria	0,019%	0,016%	0,00%
Indústria de produtos de matéria plástica	0,018%	0,023%	0,00%
Indústria têxtil	0,113%	0,035%	-0,08%
Indústria do vestuário	0,379%	0,126%	-0,25%
Indústria de calçados	0,008%	0,001%	-0,01%
Indústria de produtos alimentares	9,623%	3,559%	-6,06%
Indústria de bebidas	0,111%	0,014%	-0,10%
Indústria fonográfica	0,000%	0,000%	0,00%
Ourivesaria e bijuteria	0,000%	0,002%	0,00%
Indústria de Equipamentos e materiais médicos	0,000%	0,000%	0,00%
Indústrias diversas	0,017%	0,013%	0,00%
Comércio atacadista	0,720%	2,519%	1,80%
Comércio varejista	4,148%	3,279%	-0,87%
Construção civil	12,957%	8,641%	-4,32%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3,571%	7,129%	3,56%
Transportes	2,436%	1,582%	-0,85%
Comunicações	1,644%	2,929%	1,29%
Instituições financeira	2,118%	3,161%	1,04%
Administração pública	6,231%	21,791%	15,56%
Aluguéis	32,504%	22,571%	-9,93%
Outros serviços	4,622%	6,031%	1,41%
Imputação intermediação financeira	-2,408%	-2,814%	-0,41%
Imposto sobre produtos	9,884%	8,705%	-1,18%
Total	100,000%	100,000%	0,00%

Fonte: tabela elaborada pelo autor com dados do anuário estatístico da Fundação Cide de 2005

ANEXO D

Anexo D – Participação e evolução do noroeste no PIB estadual segundo os setores da economia de 1996 a 2004

Setores da economia	1996	2004	1996-2004
	Participação do Noroeste no PIB estadual	Participação do Noroeste no PIB estadual	Crescimento do setor do Noroeste no Estado
Agropecuária	0,0560%	0,0517%	-0,0042%
Extração de petróleo e gás natural	0,0000%	0,0000%	0,0000%
Extração de outros minerais	0,0065%	0,0003%	-0,0063%
Indústria de produtos de minerais não metálicos	0,0076%	0,0017%	-0,0060%
Indústria metalurgia	0,0110%	0,0027%	-0,0083%
Indústria de máquinas e Equipamentos	0,0012%	0,0000%	-0,0011%
Indústria de material eletro eletrônico	0,0000%	0,0000%	0,0000%
Indústria de material de transporte	0,0075%	0,0065%	-0,0010%
Indústria de produtos de madeira e do mobiliário	0,0029%	0,0020%	-0,0009%
Indústria de papel e celulose	0,0061%	0,0108%	0,0047%
Indústria gráfica	0,0005%	0,0001%	-0,0004%
Indústria de produtos de borracha	0,0001%	0,0002%	0,0001%
Indústria química	0,0006%	0,0001%	-0,0005%
Indústria farmacêutica	0,0000%	0,0000%	0,0000%
Indústria de artigos de perfumaria	0,0002%	0,0001%	-0,0001%
Indústria de produtos de matéria plástica	0,0002%	0,0002%	0,0000%
Indústria têxtil	0,0010%	0,0003%	-0,0008%
Indústria do vestuário	0,0034%	0,0009%	-0,0025%
Indústria de calçados	0,0001%	0,0000%	-0,0001%
Indústria de produtos alimentares	0,0853%	0,0253%	-0,0600%
Indústria de bebidas	0,0010%	0,0001%	-0,0009%
Indústria fonográfica	0,0000%	0,0000%	0,0000%
Ourivesaria e bijuteria	0,0000%	0,0000%	0,0000%
Indústria de Equipamentos e materiais médicos	0,0000%	0,0000%	0,0000%
Indústrias diversas	0,0001%	0,0001%	-0,0001%
Comércio atacadista	0,0064%	0,0179%	0,0116%
Comércio varejista	0,0368%	0,0233%	-0,0134%
Construção civil	0,1148%	0,0615%	-0,0533%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,0316%	0,0507%	0,0191%
Transportes	0,0216%	0,0113%	-0,0103%
Comunicações	0,0146%	0,0209%	0,0063%
Instituições financeira	0,0188%	0,0225%	0,0037%
Administração pública	0,0552%	0,1551%	0,0999%
Aluguéis	0,2881%	0,1607%	-0,1274%
Outros serviços	0,0410%	0,0429%	0,0020%
Imputação intermediação financeira	-0,0213%	-0,0200%	0,0013%
Imposto sobre produtos	0,0876%	0,0620%	-0,0256%
Total	0,8862%	0,7118%	-0,1744%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com dados do anuário estatístico da Fundação Cide de 2005

ANEXO E

Anexo E – Classificação dos municípios do Estado no IQM e sua composição em 1998 e 2005

Municípios	1998							
	IQM	FAC	QMA	DIN	CEN	IGE	RIQ	CID
Rio de Janeiro	1	1	3	1	1	2	1	1
Niterói	2	4	1	2	2	29	2	2
Resende	3	7	2	9	19	1	10	12
Volta Redonda	4	13	7	19	15	13	6	5
Macaé	5	37	17	5	6	7	13	18
Casimiro de Abreu	6	10	43	17	9	9	15	8
Petrópolis	7	5	12	16	16	48	3	21
Três Rios	8	6	19	47	7	11	40	36
Campos dos Goytacazes	9	27	20	43	17	6	35	14
Santo Antônio de Pádua	10	2	36	35	18	20	41	19
Cabo Frio	11	25	31	6	11	41	17	15
Barra Mansa	12	55	10	37	10	12	33	29
Piraí	13	60	55	10	32	3	4	23
Miguel Pereira	14	12	18	20	41	33	20	7
Itatiaia	15	18	11	15	79	27	5	58
Teresópolis	16	8	39	28	26	40	23	16
Bom Jesus do Itabapoana	17	3	16	48	37	73	48	3
Araruama	18	11	38	23	24	44	27	42
Duque de Caxias	19	54	15	73	8	5	61	43
Itaguaí	20	32	28	7	3	32	11	44
Miracema	21	9	14	62	56	49	53	4
Angra dos Reis	22	36	24	39	31	24	16	17
Rio das Ostras	23	41	40	3	22	35	12	77
Nova Iguaçu	24	21	27	69	5	8	66	67
Vassouras	25	19	9	66	36	21	31	9
Nova Friburgo	26	38	13	30	21	80	19	27
Barra do Piraí	27	15	8	54	23	53	30	47
Rio Bonito	28	17	37	29	29	30	42	50
Mangaratiba	29	46	47	31	54	58	9	32
Valença	30	39	6	84	25	43	38	6
Mendes	31	56	4	51	68	56	34	31
Rio das Flores	32	66	73	72	65	19	24	10
Nilópolis	33	79	5	71	82	39	37	28
Itaperuna	34	53	34	27	20	63	50	26
Itaocara	35	26	41	76	13	74	75	40
Conceição de Macabu	36	24	56	44	38	67	86	22
Cordeiro	37	45	29	32	45	77	55	30
Paraíba do Sul	38	52	22	75	59	45	59	41
Queimados	39	33	66	33	47	10	22	84
Armação dos Búzios	40	16	57	4	88	64	7	62
Maricá	41	34	35	14	55	65	25	48
Cantagalo	42	31	60	77	61	79	43	39
Aperibé	43	86	25	26	58	60	58	33
São Gonçalo	44	74	21	67	12	23	65	68
Quissamã	45	67	75	63	69	37	18	53
Paracambi	46	59	46	85	71	16	64	25

Iguaba Grande	47	14	23	18	33	83	8	57
Magé	48	64	58	70	28	15	83	71
Pinheiral	49	73	30	8	91	26	32	64
Natividade	50	28	50	56	51	84	68	24
São João de Meriti	51	80	26	78	14	28	67	37
Rio Claro	52	50	76	41	64	51	21	49
Comendador Levy Gasparian	53	40	67	83	27	34	52	60
São Fidélis	54	62	63	61	57	61	87	13
Porto Real	55	69	70	55	81	59	28	74
Areal	56	75	51	38	52	47	39	70
Belford Roxo	57	35	54	74	62	4	70	86
Porciúncula	58	29	62	59	80	52	69	20
Carmo	59	51	45	11	66	69	14	51
Cambuci	60	22	68	65	73	57	77	34
Engenheiro Paulo de Frontin	61	57	48	40	60	54	56	52
Sapucaia	62	65	74	60	39	71	49	45
São Pedro da Aldeia	63	63	33	13	48	85	36	55
Cachoeiras de Macacu	64	20	65	57	72	42	90	63
Parati	65	42	53	42	74	68	26	46
Saquarema	66	78	42	21	49	66	44	66
Arraial do Cabo	67	72	32	91	67	62	29	38
Itaboraí	68	48	64	36	35	22	81	76
Macuco	69	87	49	12	42	87	51	72
Italva	70	81	44	58	46	55	73	73
Quatis	71	30	61	46	90	46	57	82
Guapimirim	72	85	71	34	53	14	46	89
São João da Barra	73	76	72	25	70	70	54	35
Carapebus	74	88	82	50	30	36	60	78
Bom Jardim	75	47	69	82	43	76	62	69
Seropédica	76	90	59	49	4	18	45	87
Duas Barras	77	23	79	89	44	82	74	54
Paty do Alferes	78	43	83	64	63	38	47	79
Silva Jardim	79	68	87	79	50	25	72	75
Laje do Muriaé	80	83	52	87	87	86	76	11
Cardoso Moreira	81	44	90	22	34	50	89	81
Japeri	82	70	78	52	84	17	88	88
São José do Vale do Rio Preto	83	58	77	68	78	81	63	85
São Sebastião do Alto	84	77	86	88	77	89	82	59
Trajano de Moraes	85	71	84	53	83	75	79	65
Santa Maria Madalena	86	49	80	90	86	78	78	56
Tanguá	87	91	81	81	40	31	71	91
Varre-Sai	88	82	85	45	85	91	84	61
São José de Ubá	89	89	88	80	75	88	80	83
Sumidouro	90	61	89	24	89	90	85	80
São Francisco de Itabapoana	91	84	91	86	76	72	91	90

2005								
Municípios	IQM	FAC	QMA	DIN	CEN	IGE	RIQ	CID
Rio de Janeiro	1	1	2	1	1	2	1	1
Niterói	2	2	1	5	2	35	2	5
Macaé	3	33	13	2	4	8	6	39
Volta Redonda	4	4	4	31	18	14	8	9
Resende	5	31	3	22	20	7	5	11
Rio das Ostras	6	16	21	3	23	20	9	71
Porto Real	7	91	64	6	13	10	7	64
Casimiro de Abreu	8	9	58	10	5	12	22	7
Campos dos Goytacazes	9	12	17	36	14	1	27	50
Duque de Caxias	10	13	20	37	6	4	42	43
Piraí	11	17	51	56	26	5	12	10
Petrópolis	12	5	14	19	21	32	10	44
Cabo Frio	13	21	18	7	8	28	19	66
Barra Mansa	14	51	11	66	12	3	26	59
Vassouras	15	6	9	32	15	45	28	13
Nova Iguaçu	16	30	5	52	3	9	58	53
Três Rios	17	38	16	28	16	13	24	33
Armação dos Búzios	18	23	34	4	70	86	4	69
São Gonçalo	19	7	8	68	11	36	56	48
Itaguaí	20	39	40	23	10	18	29	47
Nova Friburgo	21	41	15	39	19	46	16	19
Rio Bonito	22	18	60	12	25	17	46	22
Angra dos Reis	23	11	27	11	40	38	20	52
Quissamã	24	36	79	18	45	37	13	77
Miguel Pereira	25	53	7	26	56	26	15	46
Bom Jesus do Itabapoana	26	3	19	59	48	49	43	3
Paracambi	27	44	45	49	32	6	51	15
Barra do Piraí	28	22	12	47	22	33	35	57
Araruama	29	26	55	13	24	22	25	58
Teresópolis	30	35	39	21	27	34	17	62
Itaperuna	31	49	23	27	7	71	33	8
Iguaba Grande	32	40	29	8	42	62	18	49
São Pedro da Aldeia	33	61	41	14	44	24	38	42
Valença	34	29	33	81	29	48	39	6
Maricá	35	10	25	9	65	50	23	74
Santo Antônio de Pádua	36	27	42	24	28	66	36	16
Miracema	37	15	22	45	59	51	62	12
Itatiaia	38	25	31	17	85	39	3	65
Mangaratiba	39	66	32	15	89	58	11	28
Cachoeiras de Macacu	40	24	56	29	58	11	74	63
São João de Meriti	41	46	28	84	17	47	72	55
Magé	42	28	44	54	37	16	77	72
Seropédica	43	75	47	69	9	21	76	80
Queimados	44	20	24	61	51	42	84	75
Arraial do Cabo	45	59	30	35	68	27	37	67
Itaboraí	46	19	57	51	35	25	61	82
Cordeiro	47	58	36	55	43	76	45	2
Pinheiral	48	74	37	30	63	19	68	60
Nilópolis	49	82	10	76	73	41	44	21
Paraíba do Sul	50	52	35	42	64	57	52	34

Conceição de Macabu	51	34	63	44	46	65	81	25
Mendes	52	69	26	71	79	53	41	26
Rio das Flores	53	45	68	57	74	61	57	17
Parati	54	37	49	34	77	72	21	51
Saquarema	55	83	50	16	57	59	34	61
Itaocara	56	55	38	38	50	74	54	40
Natividade	57	14	66	43	62	88	63	18
Cantagalo	58	56	54	80	36	81	14	41
Santa Maria Madalena	59	8	77	25	83	79	70	29
Areal	60	65	52	33	61	54	30	70
Comendador Levy Gasparian	61	50	59	60	34	70	75	68
São João da Barra	62	47	67	46	67	83	31	23
Mesquita	63	90	6	48	31	40	86	84
Guapimirim	64	79	65	40	55	15	50	89
Quatis	65	60	53	63	92	29	49	76
Silva Jardim	66	76	87	62	30	30	85	73
São Fidélis	67	48	70	53	60	67	69	30
Rio Claro	68	62	78	79	84	43	65	35
Carapebus	69	86	71	41	41	52	32	81
Belford Roxo	70	85	46	78	39	23	89	86
Bom Jardim	71	64	81	64	53	56	60	54
Italva	72	42	76	82	49	73	67	45
Engenheiro Paulo de Frontin	73	81	43	85	72	60	55	32
Duas Barras	74	32	84	92	47	77	82	20
Macuco	75	89	48	67	52	78	48	37
Porciúncula	76	43	72	58	69	89	71	14
Cambuci	77	70	73	65	71	63	66	31
Sapucaia	78	63	74	72	54	85	53	38
Aperibé	79	88	62	20	78	69	73	56
Laje do Muriaé	80	54	80	89	86	87	80	4
Carmo	81	87	61	87	76	82	47	24
Cardoso Moreira	82	71	89	86	38	64	79	83
Paty do Alferes	83	67	83	74	82	55	59	87
Trajano de Moraes	84	57	88	90	91	80	83	36
Tanguá	85	84	75	91	33	44	78	92
São Sebastião do Alto	86	68	85	77	80	90	87	27
Japeri	87	92	69	73	81	31	92	85
São José do Vale do Rio Preto	88	72	82	50	90	75	64	88
São José de Ubá	89	77	90	70	66	84	40	91
Varre-Sai	90	78	86	83	87	92	88	78
Sumidouro	91	73	91	88	88	91	90	79
São Francisco de Itabapoana	92	80	92	75	75	68	91	90

Fonte: Tabela elaborado pelo autor com base no IQM índice da Fundação Cide

Legenda:

IQM – Índice de Qualidade Municipal

FAC – Facilidades para negócios

IGE – Infraestrutura para grandes empreendimentos

CEN – Centralidade e vantagens locacionais

QMA – Qualificação da mão-de-obra

DIN – Dinamismo

RIQ – Riqueza e potencial de consumir

CID – Cidadania

ANEXO F

Anexo F – Ranking PIB *per capita* mensal (2003) segundo os municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro

Municípios	R\$	Municípios	R\$
Porto Real	8201,38	Araruama	431,31
Piraí	2702,23	Italva	425,61
Itatiaia	2650,99	Santa Maria Madalena	425,11
Macaé	2326,50	Sumidouro	408,04
Volta Redonda	2130,67	Carapebus	401,32
Resende	1629,41	Bom Jesus do Itabapoana	393,33
Cantagalo	1201,37	São Pedro da Aldeia	387,83
Itaguaí	1112,48	Duas Barras	382,42
Mangaratiba	999,34	Quatis	381,66
Barra Mansa	971,88	Vassouras	377,86
Areal	892,02	Cardoso Moreira	370,39
Angra dos Reis	821,84	Porciúncula	365,14
Carmo	754,90	São José de Ubá	358,55
Barra do Piraí	734,62	Santo Antônio de Pádua	356,79
Quissamã	726,41	Valença	353,36
Arraial do Cabo	723,25	Natividade	343,86
Petrópolis	715,40	Rio Claro	341,50
Três Rios	705,87	São José do Vale do Rio Preto	339,88
Rio Bonito	705,00	Itaocara	336,52
Cachoeiras de Macacu	683,84	Maricá	333,39
Armação dos Búzios	677,75	Laje do Muriaé	330,38
Casimiro de Abreu	670,17	São João da Barra	329,20
Cambuci	606,85	Conceição de Macabu	329,16
Teresópolis	598,84	Mendes	328,55
Rio das Flores	579,37	Saquarema	326,94
Nova Friburgo	577,59	Iguaba Grande	319,47
Macuco	549,02	Bom Jardim	319,29
Engenheiro Paulo de Frontin	539,92	Aperibé	315,72
Rio das Ostras	539,61	Cordeiro	309,36
Comendador Levy Gasparian	508,61	Varre-Sai	306,09
Cabo Frio	504,35	São Francisco de Itabapoana	303,84
Itaperuna	503,69	São Sebastião do Alto	300,47
Trajano de Moraes	502,22	Paty do Alferes	286,72
Campos dos Goytacazes	491,32	Silva Jardim	283,70
Sapucaia	486,22	São Fidélis	279,69
Miguel Pereira	484,57	Miracema	272,80
Parati	448,00	Pinheiral	244,01
Paraíba do Sul	446,76		

Fonte: tabela elaborada pelo autor com dados da Fundação Cide.

ANEXO G

Anexo G – Índices de educação dos municípios do noroeste fluminense e do Estado de 2000

	Analfabetismo	Anos médios de educação
Aperibé	13,99	5,5
Bom Jesus do Itabapoana	15,13	5,9
Cambuci	17,84	5,2
Italva	16,21	4,9
Itaocara	13,94	5,6
Itaperuna	13,43	5,9
Laje do Muriaé	19,89	5,1
Miracema	16,03	6,1
Natividade	15,58	5,9
Porciúncula	17,73	5,1
Santo Antônio de Pádua	15,42	5,4
São José de Ubá	20,19	4,3
Varre-Sai	19,78	4,5
Estado	9,27	7

Fonte: Site da Fundação Cide e Anuário estatístico da Fundação Cide de 2005

ANEXO H

Anexo H – Ranking do IDH-M dos municípios do Estado do Rio de Janeiro de 1991 e 2000

Município	Classificação 1991	IDHM, 1991	Classificação 2000	IDHM, 2000
Niterói (RJ)	1	0,817	1	0,886
Rio de Janeiro (RJ)	2	0,798	2	0,842
Volta Redonda (RJ)	3	0,769	3	0,815
Nova Friburgo (RJ)	9	0,735	4	0,81
Resende (RJ)	4	0,753	5	0,809
Barra Mansa (RJ)	8	0,739	6	0,806
Petrópolis (RJ)	5	0,751	7	0,804
Itatiaia (RJ)	6	0,749	8	0,8
Pinheiral (RJ)	11	0,727	9	0,796
Iguaba Grande (RJ)	24	0,708	10	0,796
Cabo Frio (RJ)	20	0,716	11	0,792
Quatis (RJ)	31	0,7	12	0,791
Armação de Búzios (RJ)	40	0,691	13	0,791
Macaé (RJ)	10	0,73	14	0,79
Arraial do Cabo (RJ)	15	0,723	15	0,79
Mangaratiba (RJ)	28	0,706	16	0,79
Teresópolis (RJ)	32	0,7	17	0,79
Cordeiro (RJ)	22	0,712	18	0,789
Nilópolis (RJ)	7	0,743	19	0,788
Itaperuna (RJ)	25	0,708	20	0,787
Maricá (RJ)	18	0,721	21	0,786
São Gonçalo (RJ)	12	0,725	22	0,782
Três Rios (RJ)	13	0,725	23	0,782
Barra do Piraí (RJ)	14	0,724	24	0,781
Casimiro de Abreu (RJ)	38	0,693	25	0,781
Vassouras (RJ)	51	0,678	26	0,781
São Pedro da Aldeia (RJ)	34	0,695	27	0,78
Cantagalo (RJ)	52	0,677	28	0,779
Parati (RJ)	21	0,714	29	0,777
Miguel Pereira (RJ)	29	0,703	30	0,777
Valença (RJ)	16	0,723	31	0,776
Piraí (RJ)	23	0,71	32	0,776
Mendes (RJ)	35	0,694	33	0,775
Rio das Ostras (RJ)	48	0,681	34	0,775
São João de Meriti (RJ)	27	0,707	35	0,774
Angra dos Reis (RJ)	17	0,722	36	0,772
Rio Bonito (RJ)	36	0,694	37	0,772
Paraíba do Sul (RJ)	19	0,72	38	0,771
Itaocara (RJ)	46	0,681	39	0,771
Paracambi (RJ)	47	0,681	40	0,771
Macuco (RJ)	57	0,671	41	0,769
Itaguaí (RJ)	43	0,687	42	0,768
Areal (RJ)	33	0,698	43	0,765
Carmo (RJ)	63	0,667	44	0,763
Nova Iguaçu (RJ)	26	0,707	45	0,762

Saquarema (RJ)	50	0,678	46	0,762
Seropédica (RJ)	42	0,688	47	0,759
Aperibé (RJ)	54	0,676	48	0,756
Araruama (RJ)	55	0,672	49	0,756
Santo Antônio de Pádua (RJ)	37	0,694	50	0,754
Duque de Caxias (RJ)	30	0,7	51	0,753
Comendador Levy Gasparian (RJ)	39	0,692	52	0,753
Engenheiro Paulo de Frontin (RJ)	41	0,69	53	0,753
Campos dos Goytacazes (RJ)	44	0,684	54	0,752
Cachoeiras de Macacu (RJ)	64	0,664	55	0,752
Magé (RJ)	66	0,663	56	0,746
Bom Jesus do Itabapoana (RJ)	67	0,662	57	0,746
Porto Real (RJ)	53	0,677	58	0,743
Belford Roxo (RJ)	56	0,671	59	0,742
Sapucaia (RJ)	60	0,671	60	0,742
São Fidélis (RJ)	59	0,671	61	0,741
Carapebus (RJ)	75	0,649	62	0,74
Rio das Flores (RJ)	49	0,678	63	0,739
Guapimirim (RJ)	81	0,639	64	0,739
Conceição de Macabu (RJ)	61	0,67	65	0,738
Rio Claro (RJ)	58	0,671	66	0,737
Itaboraí (RJ)	71	0,657	67	0,737
Natividade (RJ)	70	0,658	68	0,736
Santa Maria Madalena (RJ)	65	0,664	69	0,734
Miracema (RJ)	62	0,669	70	0,733
Cambuci (RJ)	72	0,654	71	0,733
Bom Jardim (RJ)	73	0,651	72	0,733
Queimados (RJ)	68	0,661	73	0,732
Quissamã (RJ)	80	0,641	74	0,732
Silva Jardim (RJ)	84	0,628	75	0,731
Porciúncula (RJ)	77	0,646	76	0,73
Italva (RJ)	69	0,659	77	0,724
Japeri (RJ)	78	0,643	78	0,724
São João da Barra (RJ)	45	0,684	79	0,723
Trajano de Moraes (RJ)	76	0,648	80	0,723
São Sebastião do Alto (RJ)	79	0,643	81	0,723
Tanguá (RJ)	86	0,625	82	0,722
São José do Vale do Rio Preto (RJ)	74	0,651	83	0,72
Paty do Alferes (RJ)	82	0,637	84	0,718
São José de Ubá (RJ)	83	0,637	85	0,718
Sumidouro (RJ)	87	0,617	86	0,712
Duas Barras (RJ)	88	0,609	87	0,712
Laje do Muriaé (RJ)	85	0,625	88	0,71
Cardoso Moreira (RJ)	90	0,584	89	0,706
São Francisco de Itabapoana (RJ)	91	0,584	90	0,688
Varre-Sai (RJ)	89	0,6	91	0,679

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com dados do IBGE